

Música, vulgaridade e dinheiro: o sentido erótico-dançante nos mercados culturais das periferias urbanas.

Fernando de Jesus Rodrigues^{*}

Resumo: O artigo discute alguns aspectos da relação entre o aumento das interdependências com função de consumo entre diferentes estratos sociais no Brasil contemporâneo, o processo de monetarização das necessidades de diversão e a profissionalização de tradições de gestos erótico-dançantes. A partir dessa concatenação de problemas tem-se como objetivo final sugerir um modo de representar a conexão entre os movimentos de periferização urbana e o significado alcançado por gêneros de música popular na formação de um padrão de avaliação do status humano que abrange nomeações prestigiosas e estigmatizantes. A ambivalência das nomeações é tomada, a luz da teoria figuracional de Norbert Elias, como expressão da dinâmica da luta pelo poder que, em alguma medida, passa pelas funções diversionais que impactam o desenvolvimento social.

Palavras-chave: consumo, monetarização, profissionalização, periferização urbana, tradição de gestões erótico-dançantes.

Music, vulgarity and money: the erotic-dancing sense in the cultural markets of the urban peripheries.

Abstract: The article discusses some aspects of the relation between the movement of increasing consumption interdependencies among different social strata in contemporary Brazil, the process of monetarization of diversion needs and the professionalization of the tradition of erotic-dancing gestures. Beginning of this correlation between questions, the final aim of this work is to suggest a way of representing relations between the movements of "urban periferization" and the significance reached by popular music genres to the formation of an evaluation pattern of human status which encompasses flattering and stigmatized nominations. The ambivalence of nominations is taken as an expression of the dynamic power fighting that, in some extent, passes by diversional functions that compress the social development.

Key-words: consumption, monetarization, professionalization, urban periferization, tradition of erotic-dancing gestures.

^{*} Professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas; Doutorando em Sociologia (UnB). E-Mail: ferssa@gmail.com

“Para recordar determinado conteúdo, é necessário que antes, e não apenas pela via da sensação ou da percepção, a consciência tenha interiorizado este conteúdo. Não basta, aqui, a simples repetição, em outra época, do fato dado, sendo imprescindível, ao invés, que nessa repetição se manifeste simultaneamente um novo tipo de concepção e figuração porque cada ‘reprodução’ do conteúdo já encerra um novo estágio da reflexão. (...) Não apenas a ciência, mas também a linguagem, o mito, a arte e a religião caracterizam-se pelo fato de nos fornecerem os materiais com os quais se constrói, para nós, o mundo do ‘real’ e do espírito, o mundo do Eu. Estas esferas tampouco podem ser colocadas como simples conformações, pelo contrário, é necessário compreendê-las como funções, em virtude das quais se realiza, em cada caso, uma configuração particular do ser, bem como uma divisão e uma separação peculiares do mesmo.”
(Ernest Cassirer, A Filosofia das Formas Simbólicas)

Na pesquisa de doutorado que atualmente desenvolvo, interesse-me em compreender algumas direções dos processos a partir dos quais surgiram alguns gêneros de música popular no Brasil contemporâneo bem como dimensões das redes pessoais e institucionais de diversão profissional, semi-profissional e amadora que foram constituídas nos movimentos de metropolização das cidades onde esses gêneros apareceram, nos últimos trinta anos.

Esta pesquisa busca compreender o surgimento do tecnobrega, em Belém, e do pagode, em Salvador, e as diversas feições da direção erótica tomada por práticas ligadas a esses gêneros, com função de lazer musical e dançante, por meio da criação de espaços de diversão acessados pelo dinheiro, sob o formato de bailes, surgidos entremeados ao movimento de periferização dessas cidades.

Nesse artigo, algumas questões deste trabalho serão apresentadas. Inicialmente, busca-se discutir uma maneira de representar uma conexão entre o fenômeno de ampliação dos espaços públicos orientados para apresentação de gestos de êxtase erótico-dançantes – expressos em bailes e festas de caráter metropolitano, voltados para a população das periferias urbanas – e o curso do aumento das interdependências entre diferentes grupos sociais brasileiros, marcadas pela função de consumo. Uma das questões envolvidas nessa concatenação de problemas é o debate sobre como o movimento de complexificação das interdependências sociais pelo consumo – entre empresas e consumidores – contribuiu para que a representação da periferia não fosse apenas um artefato simbólico com função de estigmatização de grupos estabelecidos sobre grupos marginalizados, mas, como uma face do mesmo processo, se tornou um símbolo de orientação coletiva para indicar grupos humanos com capacidade crescente de consumo e de exercer uma pressão constitutiva sobre o padrão de expressões corporais socialmente disponíveis. Este debate é colocado a partir de uma breve história do sistema de classificação sócio-econômico adotado por empresas para se guiarem na realização de estratégias de marketing na busca por

racionalização da oferta de bens e serviços. Argumenta-se que a direção específica tomada pela transformação classificatória é expressiva da transformação da estrutura de poder e do curso de desenvolvimento social que torna possível compreender com mais nitidez a relação entre o aumento das dependências de funções orientadas para o consumo entre estratos considerados populares e seu impacto sobre a renovação do padrão coletivo de gestos implicado no sucesso abrangente de gêneros musicais nos quais predominam um sentido erótico-dançante. Ademais, para mostrar como o aumento das interdependências pela via do consumo favoreceu uma alteração na estrutura de canais de circulação de símbolos e gestos musicais erótico-dançantes apresentou-se uma concatenação de fatos que, de alguma forma, contribuiu para o desenvolvimento e formação do tecnobrega, em Belém do Pará. Com isto, pretende-se mostrar um exemplo, sob uma perspectiva simplificada, de como uma tradição de gestos e movimentos diversionais abrangidos sob nomeações estigmatizadoras, sofre uma transformação do padrão geral de avaliação coletiva do seu status. Assinala-se, nessa dinâmica, como a transformação dos padrões de julgamento, compreendidos simultaneamente como limites sociais do conhecimento disponível, desenvolveu-se de modo interdependente ao curso específico e singular de aumento das ligações humanas marcadas pelo aumento da necessidade de diversão erótico-dançante, satisfeita pela lógica do mercado, conectada às dinâmicas do consumo. A seguir, foi dedicado um espaço para a discussão panorâmica da alteração da dinâmica do crédito e do dinheiro ao longo da segunda metade do séc. XX e como ela está conectada com a formação da dinâmica da periferização urbana e do regime de desejos ligados a ela. Por fim, na última sessão foi dedicada uma discussão sobre o significado de fenômenos geralmente apreendidos sob a categoria de periferia urbana, buscando-se precisar esta definição para adequá-la aos fatos e problemas investigados. Especifiquemos, inicialmente, o problema.

1

Uma das maneiras mais comuns de se representar esses fenômenos, fortemente marcada pela pressão social para a estigmatização de grupos humanos ascendentes por grupos humanos que perderam terreno no espaço distributivo do poder econômico e cultural ao longo das últimas décadas, é o entendimento de que as músicas e as danças expressas por esses gêneros são um índice comprobatório do decaimento humano. O sucesso alcançado por estes gêneros entre diferentes faixas da população brasileira, entremeado ao fenômeno de ampliação constitutiva dos espaços de apresentação pública de gestos eróticos, foram eventos que irromperam sem um planejamento prévio, e que se impuseram a grupos humanos para quem esses acontecimentos passaram a significar um ferimento de suas imagens de grupo, dos sentimentos morais vinculados a elas, e, por conseguinte, dos seus status.

Em grande medida, o fenômeno de ampliação dos espaços públicos autorizados para apresentação de condutas e expressões eróticas mediadas pela música tem sido uma novidade ingrata para grupos sociais de gerações anteriores,

ou que herdaram seus modos de percepção, para quem os limites expressivos ligados ao consumo de música eram majoritariamente definidos por seus próprios critérios de gosto, e por suas concepções de divisão social da exposição dos gestos padronizadas na configuração social onde foi maturada.

A irrupção dos fenômenos desencadeou – como tendência geral do comportamento humano – a necessidade de representá-la, entremeada à carência de os indivíduos lidarem com esses acontecimentos. Tomando como referência a teoria figuracional de Norbert Elias, parte-se da concepção de que os padrões de ação relacionados às lutas sociais, de qualquer natureza, são dependentes dos padrões de conhecimento disponível (ELIAS, 1998). Não raro as formas de representação e conhecimento desses fatos têm estado interpenetradas pela necessidade emocional de grupos de diminuir o valor humano dessas expressões, assim como dos indivíduos relacionados à sua produção. Buscam levantar barreiras simbólicas contra o crescente empoderamento cultural de pessoas e de suas redes sociais, alcançado pela importância assumida por suas criações expressivas e pela expansão das funções de diversão erótico-dançante no direcionamento da cadeia social global, movimentos dos quais são, em parte, responsáveis. A pressão emocional nascida nos grupos insatisfeitos com esses eventos, gerada pela ultrapassagem das barreiras simbólicas advindas da exposição cada vez mais abrangente de práticas musicais e dançantes orientadas para a sedução sexual, está na base afetiva das nomeações utilizadas para representar e, simultaneamente, avaliar o fenômeno. As concepções da vulgaridade e da decadência humana foram, em grande medida, os termos dos quais se serviram muitos grupos intelectuais – jornalistas, sacerdotes, literatos e mesmo cientistas sociais – para compreendê-los.

A sinopse de um encadeamento de fatos pode ajudar a dar nitidez ao problema que se pretende discutir nesse artigo. Em agosto de 2009, uma professora do ensino fundamental tornou-se foco da avaliação de suas expressões, em escala nacional, ao ter suas imagens dançando pagode em um baile de acesso pago, capturadas por celulares dos frequentadores, e divulgadas no sítio eletrônico de compartilhamento de vídeos – youtube – e mostradas em telejornais nacionais. Nessas imagens a professora sobe ao palco, junto com outras mulheres, para mostrar suas habilidades de incitação erótica, estimuladas pela música “Todo Enfiado”. A situação dirigida pelo cantor estava organizada de forma que as mulheres, uma de cada vez, durante a música, mostrassem o quanto estavam dispostas e o quanto eram competentes para incitar a sensualidade do público e do próprio cantor, indicando, em uma performance coreográfica, que a calcinha estava “toda enfiada”. Durante o refrão, a professora empinava o bumbum, realizando movimentos de subimento e agachamento, tendo sua calcinha segurada pelo cantor que a puxava para cima, aumentando a tensão erótica entre ela, o cantor e o público. Mostrava, desavergonhadamente, o seu bumbum e parte de sua genitália. Respondia a situação aumentando a intensidade dos movimentos eróticos, deixando que o cantor se sentisse à vontade para controlar a situação, e para que ele próprio demonstrasse o seu prazer diante da possibilidade de manipulação erótica do corpo da professora.

O fato é que esses fatos chamaram a atenção de um grande público. Na internet, atraiu inicialmente o público freqüentador das festas de pagode, e os amantes do gênero. O fato migrou para o noticiário televisivo nacional que, por sua vez, retroalimentou o interesse do registro de imagens na internet por grupos não adoradores do gênero. O fato de ser uma professora e avaliada como uma mulher “gostosa” atraiu a atenção dos jornalistas e, através de suas capacidades de divulgação, um público anônimo em escala nacional. Essa situação fez com que a inquietação com a liberalidade de exposição dos gestos eróticos da professora, uma mulher comum até então, estimulada pela música, se manifestasse de diferentes maneiras. Ganhava novo fôlego a tentativa de buscar algum tipo de compreensão para um fenômeno mais amplo, que vai sendo percebido como um fenômeno nacional que, nos termos da compreensão emotivamente envolvida, ganha forma sob a seguinte pergunta: porque a “vulgaridade” (expressão de gestos eróticos sem pudores em espaços públicos) havia penetrado e se tornado um elemento importante dos gestos de consumo de alguns gêneros de música contemporânea no Brasil? Por que homens e mulheres aceitam, sem mostrarem grandes constrangimentos, expor um repertório de gestos dotados de significado erótico-sexual para estranhos nas situações de bailes e festas nas quais essas músicas são executadas?

Um exemplo de uma direção das reações ao fato e das formas de representá-lo é um artigo encontrado no sítio “Observatório da Imprensa”, intitulado “Sensualidade vulgar tem 15 minutos de fama”, referente ao episódio da professora, do qual extraímos alguns trechos:

“O pagode baiano, apesar da falta de qualidade melódica e da vulgaridade de muitas das suas letras, não é o único expoente da vulgaridade no cenário musical. O funk carioca, o forró-elétrico-nordestino e muitos outros gêneros musicais espalhados pelo Brasil apresentam coreografias tão “provocantes” quanto aquelas exibidas mais de 100 mil vezes no YouTube. Professoras, delegadas, juízas, policiais, jornalistas (diplomadas ou não), cozinheiras, secretárias e todas as profissões onde as mulheres estão inseridas possuem suas representantes pagodeiras, funkeiras etc. O fato triste é a percepção de rebaixar a mulher a um mero objeto sexual, sendo usada de forma cada vez mais indigna para animar as platéias nos shows espalhados pelas periferias e zonas nobres da cidade, sem discriminação, Brasil afora.”
(...)

“A fábrica de bandas de pagode, que agrada em cheio aos jovens e adultos da capital baiana, ganha o mercado com letras cada vez mais eróticas e coreografias tanto quanto. Refrões como ‘toma-lhe fica’, ‘tapa na rachada’, ‘rala a tcheca no chão’, ‘toma madeirada’, ‘esfrega a xana no asfalto’, ‘tudo até o talo’, dentre outras da atual ‘poesia’ do pagode baiano, são executadas, dançadas e cantadas em alto e bom som em todos os

Música, vulgaridade e dinheiro: o sentido erótico-dançante nos mercados culturais das periferias urbanas.

*cantos da cidade do Salvador. Quanto mais fácil e sexual for o teor do refrão do 'pagodão', mais será cantado pelas ruas, vias e pelo mangue baiano. O erotismo na música é algo quase imprescindível para o sucesso da mesma."*¹

O trecho é evidenciador de um fato: independente da vontade de muitos grupos humanos, um fenômeno tem ganhado um significado cada vez mais universal, qual seja, a expansão e diferenciação do sentido erótico pela via do divertimento musical. Um dos aspectos que incomodam o jornalista é justamente o fato de que não se pode mais buscar uma classificação das pessoas e dos lugares nos quais a apresentação sensual e "vulgar" é autorizada, fundada em critérios profissionais ou sócio-econômicos. Seja nas "periferias" ou nas "zonas nobres", o valor atribuído a formas sociais de dotação de significado da vida tal como um show musical, associado ao fenômeno de valorização de dinâmicas de mimetização de gestos sexuais sob um ambiente sonoro, é algo disseminado. Assim, a ocorrência desses fenômenos e a maneira como muitos grupos humanos formam uma compreensão sobre eles dão razão para que pensemos que as grades classificatórias socialmente disponíveis apresentam limitações e se mostram inadequadas para satisfazer a necessidade de se guiar adequadamente pelas transformações que esses conjuntos de fatos implicam. O comentário parece ser uma evidência de que o jornalista apresenta muito mais insegurança do que segurança quanto à compreensão dos fatos. E que ele não está sozinho, como atesta muitas opiniões que podem ser encontradas no incrível manancial de informações que hoje é a *web*. Também nota o jornalista, que esse fenômeno não é específico de Salvador, mas está presente no sucesso alcançado por outros gêneros musicais pelo Brasil, tornando relevante a pergunta, para as finalidades de investigação sociológica, em um registro menos envolvido emocionalmente: quais percursos sócio-históricos têm tornado possíveis a crescente importância da diversão musical erótico-dançante, sob o formato de negócio, como um dos sentidos constituintes do padrão de desenvolvimento das sociedades urbanas no Brasil contemporâneo, ao se tornarem constitutivas das referências de avaliação da felicidade e do status humanos dos indivíduos?

Buscando tratar de alguns fenômenos orientados por esta indagação é que as relações entre fatos são estabelecidas nesse artigo. Preocupa-se especialmente com a busca de concatenação entre dois fenômenos que, articulados sob a abordagem figuracional, são compreendidos como interdependentes, constituídos e constituintes do mesmo processo de desenvolvimento: o aumento da *monetização* que acompanha a diferenciação de necessidades psíquico-corporais de faixas crescentemente mais abrangentes da população brasileira e a formação e o desdobramento do processo de *periferização* dos modos de vida, no interior do qual ganha forma direções específicas de auto-imagens individuais e grupais, ligadas ao

¹ <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=553FDS007>, acessado em 26 de novembro de 2010.

papel da diversão como um valor coordenador de motivações de grupos atualmente compreendidos como populares, habitantes de periferias.

Estou ciente dos problemas ligados ao uso do conceito de periferização, mas, por razões que pretendo apresentar ao longo do texto, e por carência de uma nomenclatura mais adequada, mantereí o termo com o fim de apresentar desdobramentos do problema envolvendo a relação entre a expansão de redes de produção, distribuição e consumo de bens lúdico-artísticos populares e as transformações das estruturas de poder nas redes urbanas do Brasil dos últimos trinta anos.

Como foi explicitado anteriormente, um problema que parece ser comum aos fenômenos de aparecimento do tecnobrega, do pagode baiano (swingueira), e a partir do qual se pretende orientar a discussão desse texto é o fato de que são expressões humanas de divertimento sobre as quais pesa o reconhecimento desprestigiado da vulgaridade, impingido especialmente por grupos geracionais de períodos anteriores, dinâmica no interior da qual se tem reforçado o estigma de que essas expressões são índices de inferioridade humana. Em um movimento conflitante com essas forças, têm expandido as suas legitimações, tendo sido impostas como referências de gosto musical erótico-dançante, mediante as quais se dá a apresentação pública das emoções prazerosas de outros grupos humanos – especialmente os estratos populares – cada vez mais enovelados pelas funções sócio-afetivas da diversão no formato do consumo, desempenhadas pela via da profissionalização e da monetarização dessas necessidades. Esse tipo de interdependência funcional – orientada para a busca de diversão erótico-dançante sob a lógica de mercado – tem se expandido como vinculador de relações e redes humanas, dinâmica de expansão esta envolvida em um processo mais amplo de complexificação das necessidades e da pressão por conversão de seus meios de satisfação em uma linguagem monetária, ligados, todos esses movimentos, pela urbanização dos modos de vida. A difusão da linguagem monetária como elemento de constituição dos modos de percepção das necessidades e dos critérios de avaliação do status humano, indissociável do movimento de complexificação das necessidades vinculantes, trouxe, como uma de suas conseqüências, a desorganização de alguns modos herdados de compreensão da dinâmica de fatos, tornando os sistemas de classificação transmitidos por gerações anteriores inadequados para oferecer uma imagem precisa desses eventos.

Há, crescentemente, a necessidade de denominações mais abrangentes, e, igualmente, de representações mais específicas, para servir de guia para lidar com os conflitos e com as complementaridades humanas ligadas à diferenciação de demandas e de universalização da linguagem monetária, alcançando redes de pessoas descendentes de grupos humanos para quem não existiam as pressões de cumprimento dessas funções sociais.

Uma dessas formas de conhecimento que a sociedade brasileira desenvolveu para lidar com essa nova condição, especialmente a partir dos anos 70, assim como outras sociedades em diversas partes do mundo, foi a criação e a adoção de um padrão de classificação sócio-econômica especialmente orientado para a apreciação das diferentes capacidades de consumo. A adoção desse padrão decorreu da necessidade de redes de empresas racionalizarem a oferta de produtos e serviços, visando ter um quadro adequado das necessidades e das disposições de gastos de grupos consumidores. À medida que a população brasileira se tornou mais dependente do acesso ao dinheiro e das formas de crédito, submetendo-se às pressões da configuração brasileira para a modelação de seus padrões simbólicos às funções de consumo, mais se tornaram dominadas e referidas pelo padrão de conhecimento expresso pelo sistema de classificação sócio-econômico que, desde os anos 60, passou por profundas transformações. Uma direção das transformações está referenciada simplesmente pelo fenômeno do aumento da massa populacional dependente de dinheiro e crédito em uma escala até então nunca vista. A necessidade de avaliar uma pessoa por sua capacidade de consumo tornou-se, progressivamente, ao longo de décadas, para um número cada vez maior de brasileiros, de diferentes regiões, um fato cotidiano. Submeter-se a uma análise de crédito, mostrar para outros, seja a uma instituição financeira ou a um agiota, que é capaz de pagar um empréstimo ou ter crédito, tornou-se um aspecto rotineiro e global da vida. E as formas de classificação sócio-econômica serviram como um padrão de conhecimento disponível para que agentes econômicos orientassem a si próprios no fluxo dos fenômenos de transformação da vida urbana, em meio a qual diversos agentes se tornavam mais dependentes de empresas, de diferentes portes, e estas dos consumidores. Assim, a questão que se pretende levantar, inicialmente, é a de que a utilização do sistema de classificação sócio-econômico, a partir dos anos 60, mas especialmente nos anos 70, não se refere a um tipo de conhecimento que emergiu para jogar luz sobre uma realidade pré-existente, como se todos nós estivéssemos cegos e indiferentes para as divisões humanas decorrente das diferentes capacidades dos humanos de consumirem sob a lógica mercantil, como se elas fossem a-históricas ou já existentes em períodos anteriores ao atual estágio de complexidade social. Chama-se a atenção para o fato de que o surgimento da classificação e sua progressiva legitimação estão relacionados com o fenômeno de que a própria classificação tornou-se um critério importante de percepção e de divisão humana, decorrente da expansão das funções sociais que ligam os consumidores e as empresas, tornando as dimensões da vida entrelaçadas ao cumprimento das dependências afetivas como consumidores cada vez mais importantes na vida de cada indivíduo em particular, e na composição das pressões que constituem o padrão global de desenvolvimento da configuração social no Brasil. O padrão de classificação sócio-econômico, assim, é considerado como uma forma de conhecimento que uma parte dos grupos humanos desenvolveu para lidar com o fluxo de acontecimentos que, progressivamente, colocou uma quantidade cada vez maior de pessoas em redes de interdependências de caráter mercantil. É importante salientar que o sistema de

classificação sócio-econômico não é considerado como uma representação idêntica da realidade que independe das vontades do seres humanos. É visto como uma representação simbólica, propriamente humana, distinta do jorro de acontecimentos não simbólicos em relação aos quais os homens precisam se orientar mediante um quadro de entendimento. Nessa medida, o padrão de conhecimento expresso pela representação classificatória dos homens, distinguindo as capacidades de consumo de diferentes grupos humanos na sociedade brasileira, exerce uma pressão para a organização dos modos de coordenação das relações sociais, dependentes da capacidade simbólica dos indivíduos em redes de dependências mútuas. Sob outra perspectiva, podemos também tomar as classificações que dividem os homens pela capacidade de consumo como expressivas da configuração humana que assume uma figura de como os grupos humanos organizam os seus padrões de ação orientados para os fatos, dando-nos a evidência de que as transformações das nomeações socialmente padronizadas podem ser tomadas no interior da perspectiva de desenvolvimento do desenho da estrutura de poder da sociedade brasileira e dos padrões de divisão do poder ligada à capacidade de consumo.

De outra forma, o padrão de conhecimento objetivado na classificação sócio-econômica elaborado por redes de empresas e vinculado às suas necessidades de organização racional de oferta de produtos e serviços não se confunde com os fatos empíricos e com o incessante fluxo de acontecimentos que aumentou o grau de interdependências entre os grupos humanos a partir de funções mercantis, pois as denominações avaliadoras da capacidade de consumo são fatos simbólicos dotados de uma existência própria, decorrentes da capacidade e de necessidades de grupos humanos específicos, de formarem um saber sobre a floresta de fenômenos não simbólicos no interior da qual os indivíduos, conectados em redes, precisam se orientar. Entretanto, o reconhecimento da existência própria das representações humanas em relação aos fatos empíricos que independem de simbolização para existirem não implica que sejam fenômenos absolutamente independentes uns dos outros. Como anteriormente foi ressaltado, a necessidade e a capacidade humana de padronização de símbolos estão relacionadas com a luta pela sobrevivência que os homens travam com o mundo, tanto no plano dos fluxos dos fenômenos naturais e, principalmente, no plano da torrente de acontecimentos decorrente das ações e escolhas humanas.

Uma breve consideração sobre a história das mudanças do chamado critério Brasil, desde a década de 60, pode contribuir para aumentar a percepção de quanto o fenômeno de aumento da significação universal do sentido de diversão erótico-dançante de expressões musicais surgidas nas periferias urbanas, sob lógica de mercados, é estreitamente dependente da transformação da configuração social e dos padrões morais de avaliação humana dependentes dos critérios de simbolização das estruturas de poder humanas ligados à ampliação da coordenação social de diferentes estratos sociais pelas funções de consumo.

Até 1969, cada instituto de pesquisa usava um critério diferente para avaliar a capacidade de consumo, muitas vezes determinados por demandas imediatas ligadas às necessidades de empresas de avaliar a possibilidade de lançar um

produto. Não havia, assim, um padrão socialmente compartilhado de como avaliar a capacidade de consumo, em grande medida pela própria rarefação dos grupos humanos em relação ao desempenho de funções como consumidores. Em 1970 surge o critério ABA (da Associação Brasileira de Anunciantes), com a pretensão de servir de referência abrangente para os modos de orientação das empresas, sinalizando a pressão social para a profissionalização do mercado publicitário nacional. Constrói-se um sistema de divisão da população consumidora a partir de quatro classes fundadas na posse de itens de conforto (TV preto e branco, TV em cores, geladeira, enceradeira, máquina de lavar, batedeira de bolo, aspirador de pó, empregada doméstica e automóvel), concatenados à posse e quantidade existente no domicílio de uma pessoa, conjugado com a escolaridade do chefe de família. Após a atribuição dos pontos em função da quantidade existente nos domicílios de cada uma das variáveis consideradas, procedia-se a sua soma. Posteriormente, era feita a correspondência com os estratos predefinidos (A, B, C e D), utilizando-se faixas de pontuação (PIEDADE, 2009). Com esta classificação dava-se um passo adiante na direção da padronização de uma linguagem a partir da qual fosse possível aprender a divisão da população brasileira segundo sua capacidade de consumo.

Um aspecto que se pode perceber a partir de então é que de um lado, o sistema ganhará cada vez mais adeptos entre as empresas e, de outro, o sistema vai sofrendo crescentes críticas por ser um modo de representação inadequado para apreender a divisão das capacidades de consumo da população brasileira que vai se complexificando, acompanhando o mercado de bens durante a década de 70. A diferenciação da capacidade de consumo aumentava e o sistema classificatório se mostrava impreciso para dar conta deste movimento. As pressões advindas dos agentes do mercado publicitário, pressionados pelas mudanças fatuais da dinâmica do consumo fez com que houvesse uma reforma no sistema de classificação de estratos sociais e de suas capacidades de consumo. Esta reforma consistiu na subdivisão de cada estrato em dois sub-segmentos, atendendo uma demanda por uma orientação mais precisa das estratégias de mercado das empresas tendo em vista a adequação das estratégias de vendas à nitidez do perfil do comprador segundo sua classificação em um estrato social. Assim, a classificação da reforma de 1976 reconhecia oito divisões: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D1, D2. No entanto, a insatisfação em relação à precisão das categorias de entendimento da capacidade de consumo persistia, especialmente daqueles grupos que tinham maior capacidade de consumo e que interessavam imediatamente às empresas. Um aspecto desse processo de aumento do conhecimento humano sobre a capacidade de consumo da população brasileira envolve a luta entre grupos sobre quais são as prioridades analíticas de classificação com vistas a satisfação de finalidades estratégicas de caráter econômico.

Vista da perspectiva da duração de décadas podemos perceber, a partir da história das transformações do sistema de classificação, que o quadro de nomeações vai seguindo uma direção clara de aumento da diferenciação das nomeações tendo em vista dar conta do fenômeno crescente de integração das classes subalternas às funções econômicas de consumo e, ao mesmo tempo,

especificar os estratos na medida em que as diferentes representações se mostrem úteis para a lógica de oferta de produtos e serviços, por assim, dizer, diferenciados de acordo com os estratos. Não é sem qualquer ordem de desenvolvimento que as críticas à reforma das nomenclaturas de 1976 abriu caminho para que outra instituição, a princípio menos envolvida com os interesses econômicos imediatos das empresas tal como a Associação Brasileira de Anunciantes, reivindicasse para si a competência para contribuir com o processo de aperfeiçoamento do sistema classificatório. Assim, a ABIPEME (Associação Brasileira dos Institutos de Pesquisa de Mercado) comprometeu-se em propor uma mudança para o sistema classificatório que veio a vigorar a partir de 1982, com o apoio da ABA. Nela continuou a vigorar a ênfase do diagnóstico sobre os bens de consumo tendo, no entanto, havido reformas no processo de construção das amostragens visando reduzir as ambigüidades dos resultados, tornando as perguntas mais precisas e operacionalizáveis, do ponto de vista das técnicas de tabulação de dados, correlacionando renda, classe e a diferenciação da população. Como resultado retira-se as subdivisões do sistema anterior reconhecendo mais uma classe. Assim, as divisões resultantes dessas alterações ficaram sob a seguinte forma: A, B, C, D E. Como se dá para depreender, o curso da diferenciação do conhecimento sobre a capacidade de consumo da população brasileira não foi algo planejado previamente, mas esteve submetida à luta dos agentes envolvidos com a buscar por maior adequação da realidade, segundo uma direção dos interesses econômicos, muitas vezes heterogêneos, e também submetidos aos interesses dos agentes de tornar esse conhecimento operacionalizável, ou seja, um conhecimento a partir do qual se pudesse elaborar estratégias abrangentes de orientação comercial no interior de uma realidade rica de diversidade. O interesse em averiguar a heterogeneidade das dinâmicas do consumo entre os estratos populares não foi sempre o objeto principal de orientação da busca por esse conhecimento. Durante uma boa parte do processo foi visto como um tipo de conhecimento secundário devido à situação da configuração social e da percepção social formada nela de que elas tinham uma menor importância devido ao fato de que não eram vistas como grandes forças dinâmicas de consumo. Isso mostra o quanto a percepção de que uma parte da capacidade global de consumo é fortemente dependente dos estratos subalternos é recente, assim como da heterogeneidade das lógicas mercantis que passam a conferir um papel de alta relevância à distribuição do poder ligado ao consumo, decorrente dos padrões avaliativos dos estratos pobres. Um índice da dinâmica irregular desse processo pode ainda ser visto pelo curso do desenvolvimento das lutas pela nomeação da realidade da divisão do poder com base no consumo implicado no movimento de aperfeiçoamento do sistema de classificação sócio-econômico das empresas.

O sistema ABA-ABIPEME viveu, sem grandes incômodos entre 1982 e 1991, quando surge um cisma entre as instituições que sustentavam a coordenação da ação das empresas sob o padrão classificatório vigente. Era um sinal de que as representações simbólicas herdadas, que serviam de orientação para os fatos com os quais as empresas tinham de lidar já não mais se mostravam adequados nem satisfatórios. O cisma entre a ABA e a ABIPEME, no episódio, parece ser um índice bastante expressivo da própria complexificação dos fenômenos e da incapacidade

de os agentes formarem um quadro representativo abrangente que desse conta da diversificação das capacidades de consumo, e do aumento da população potencialmente abrangida por ele. A grande divergência entre as duas instituições residia na compreensão, por parte da ABA, de que o critério Almeida & Wickerhauser, adotado pela ABIPEME não reconhecia o aumento da população com maior potencial do consumo, pois o novo critério adotado estabelecia uma pequena mudança nos bens de consumo considerados na pesquisa, relacionando-os com a redução das classes em A, B, C e D, visando precisar com maior nitidez os consumidores com maior poder aquisitivo. A ABA, por sua vez, dotava de mais significado as evidências de que o maior potencial de consumo poderia ser apreendido por categorias de consumo de bens mais diferenciadas. A separação culminou com a criação da ANEP (Associação Nacional das Empresas de Pesquisa) atraindo para esta associação as empresas cujos líderes tinham afinidade com a posição da ABA. Os sistemas de classificação permaneceram separados até 1996 quando ABA, ABIPEME e ANEP se aproximaram para realizar um novo estudo para elaboração de um sistema de classificação que integrasse as empresas. Assim, em 1997, nasce o critério Brasil que expressou um padrão de representações orientado primordialmente para a avaliação da capacidade de consumo das famílias, calcado no padrão simbólico anterior, alterando-se os bens de consumo que serviam de referência para avaliar a posição do consumidor no quadro de estratos, agora com 7 divisões: A1, A2, B1, B2, C, D e E. No entanto, a pressão para apreender com mais precisão a capacidade de consumo aumentou desde então. O cerne do diagnóstico centra-se na posse de determinados bens de consumo, tomados como índices implícitos de representação de padrões de orientação para o consumo. As insatisfações em relação ao padrão conceitual persistiam. Em 2002, o critério Brasil sofre uma alteração, seguindo as mesmas bases das mudanças anteriores. Buscando a manutenção da operacionalização conceitual, segundo os procedimentos vigentes, tentava-se apreender a dinâmica de diferenciação da capacidade de consumo e dos modos de orientação da ação implícitas nessas classificações, de acordo com as significativas transformações da estrutura do comportamento econômico da população brasileira. Mudou-se apenas os bens tomados como referência para posicionar as famílias na cadeia de estratos. Em 2008, o sistema sofre nova alteração, visando apreender a diferenciação da capacidade de consumo dos estratos populares. É criada uma divisão na classe C, de modo que o sistema assim ficou estabelecido: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. Oito divisões. Como destaca Piedade (2009), a metodologia utilizada para revisão do critério Brasil foi quantitativa. Mas isso não é carente de significado sociológico. A ampliação da diferenciação quantitativa das formas de se representar a capacidade de consumo parece mostrar justamente o quanto as funções de consumo passam a articular um conjunto cada vez mais amplo e diferenciado da população, expressando a complexificação das interdependências funcionais mercantis com empresas. É um sintoma da universalização da linguagem monetária, submetendo pessoas com tradições expressivas as mais diferenciadas a uma linguagem com um poder de universalização significativo. Essas transformações nos padrões simbólicos de avaliação do consumo, ao longo de décadas, mostra o quanto os movimentos efetivos dos fatos ligados ao desenvolvimento da estrutura de poder

econômica afetaram a percepção dos indivíduos nas redes humanas e da configuração da qual faziam parte. No entanto, a integração de um contingente cada vez maior da população aos papéis de consumidores tem tornado as divisões meramente quantitativas cada vez mais inseguras quanto à sua eficiência de guiar os homens pelo fluxo dos acontecimentos econômicos, de forma que há uma pressão forte para a alteração dos sistemas classificatórios, na direção de apreender diferenças qualitativas como estilo de vida e referências geracionais como critérios de divisão humana mediado pelo consumo.

Nesse processo, um dos fatos que chama a atenção é a necessidade de dar uma forma representativa diferenciada para os segmentos pobres que, em períodos anteriores, detinham menor capacidade de consumo e exerciam menos capacidade de atrair interesse das empresas e dos agentes especializados em publicidade. Chama a atenção no interior desse cenário de reconhecimento da inadequação do critério Brasil o esforço de tornar operacionalizável a busca de informações que especifiquem com maior detalhamento os estratos sociais levando-se em conta outros critérios além da posse de determinados bens. Grupos empresariais interessados no aperfeiçoamento da classificação encabeçam a iniciativa de levar a um novo estágio de desenvolvimento a linguagem socialmente disponível sobre as diferenças na capacidade de consumo da população brasileira. Expressivo desse movimento é o lançamento, pela empresa Serasa Experian, em 2010, de um novo modelo de estudo sócio econômico denominado Mosaic. Ele foi elaborado a partir do cruzamento de dados do Serasa, do censo do IBGE, além dos da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD). O resultado foi um complexo sistema classificatório “operacionalizável” que visa uma maior precisão do comportamento dos homens como consumidores, em suas relações de dependências mútuas com as empresas. O elevado grau de diferenciação das classificações – 10 grupos e nada menos do que 39 segmentos determinados, segundo seus elaboradores, em função da renda, geografia, demografia, padrões comportamentais e estilos de vida – parece ser um índice do quanto as dependências do consumo se tornaram uma espécie de encruzilhada para diferentes grupos da população brasileira, a ponto de os pesquisadores envolvidos com os interesses das empresas terem sentido a necessidade de dar-lhes formas classificatórias diferenciadas. Abaixo pode-se conferir o resultado do esforço de fornecer uma linguagem mais complexa e precisa para apreender as divisões humanas, sob a perspectiva do consumo:

Música, vulgaridade e dinheiro: o sentido erótico-dançante nos mercados culturais das periferias urbanas.

Grupos	% †	Segmentos	% †
A Ricos, Sofisticados e Influentes	1,86	1 Empresários de Sucesso das Grandes Cidades	1,16
		2 Executivos e Formadores de Opinião	0,70
B Prósperos Moradores Urbanos	5,26	3 Prósperos e Tradicionais	1,20
		4 Vida Contemporânea	1,11
		5 Empregos Estáveis	1,45
		6 Aposentadoria dos Sonhos	1,50
C Assalariados Urbanos	8,93	7 Antigos Moradores	1,63
		8 Jovens Promissores	1,93
		9 Técnicos e Operários	2,63
		10 Vida no Aperto	2,74
D Empreendedores e Comerciantes	5,01	11 Empreendedores Bem-Sucedidos	1,48
		12 Pequenos Empresários	1,66
		13 Microempresários	1,87
E Aspirantes Sociais	9,74	14 Profissionais em Ascensão Social	2,10
		15 Boa Vida no Interior	1,36
		16 Jovens em Busca de Oportunidades	3,36
		17 Consumidores Indisciplinados	2,92
F Periferia Jovem	20,92	18 Jovens Trabalhadores de Baixa Renda	3,55
		19 Jovens na Informalidade	2,74
		20 Trabalhadores de Baixa Qualificação	4,68
		21 Excluídos do Sistema	5,49
		22 Estudantes da Periferia	1,32
		23 Famílias Assistidas da Periferia	3,13
G Envelhecendo na Periferia	8,04	24 Maturidade Difícil	2,74
		25 Casais Maduros de Baixa Renda	2,16
		26 Operários Aposentados da Periferia	3,15
H Aposentadoria Tranquila	14,99	27 Aposentados de Boa Vida	3,91
		28 Aposentadoria sem Conforto	5,31
		29 A Melhor Idade no Interior	5,77
I Envelhecendo no Interior	9,19	30 Aposentados Rurais do Nordeste	4,03
		31 Famílias Assistidas do Interior	2,36
		32 Idosos do Agreste	2,81
J Brasil Rural	16,05	33 A Pequena Alemanha no Brasil	1,28
		34 Trabalhadores Rurais em Busca de Oportunidade	1,63
		35 Trabalhadores e Proprietários da Terra	1,13
		36 Jovens Empregados do Agronegócio	4,73
		37 Jovens Trabalhadores do Nordeste Rural	3,98
		38 Migrantes do Centro-Oeste	1,82
39 Ribeirinhos da Grande Amazônia	1,47		

Fonte: "Será o fim do Critério Brasil?". Em: <http://www.chmkt.com.br/2010/02/sera-o-fim-do-criterio-brasil.html>, acessado em 10 de outubro de 2010.

Para os interesses de discussão do problema deste artigo, o aspecto que chama atenção nesse esforço de renovação dos padrões simbólicos disponíveis acerca da avaliação do status humano a partir do consumo é a nomeação, ou a maneira de Foucault, sob algumas reservas, o fato de dar existência discursiva à

periferia jovem como uma figura de orientação do comportamento empresarial. Na esteira desse acontecimento destaca-se o diagnóstico de que dentre todos os grupos classificados a *periferia jovem* é aquele que constitui o maior segmento social captado como desempenhando uma função consumidora.

A hipótese com a qual trabalhamos funda-se sobre indícios de que há uma relação entre a crescente participação de grupos humanos nas funções globais de consumo, engendradas e intensificadas nas dinâmicas de periferização das lógicas urbanas a partir dos anos 50 do séc. XX e a diferenciação de padrões expressivos orientados para a busca de diversão erótico-dançante, com um impacto geral sobre as referências expressivas mediante as quais a configuração social brasileira se desenvolve.

Esses gêneros musicais populares ganharam suas formas atuais a partir dos anos 90, apesar de podermos apontar fatores que concorreram para a constituição desses gêneros que remontam aos anos 70 e 80. Consolidam sua orientação para um mercado de consumidores de lazer regular, mediados pelo dinheiro, entre os estratos populares, que passam a ser classificados pelos institutos de pesquisas como classes C, D e E e que, como foi mencionado anteriormente, ganha uma imagem própria como periferia jovem consumidora.

A partir desse momento parece ficar mais claro a existência de uma nova geografia dos serviços orientados para a diversão nos contextos metropolitanos no Brasil. Essa nova geografia tem como um de seus aspectos fundamentais a transmigração de expressões lúdico-artísticas populares de espaços de apresentação locais, como festas de vizinhança, festas de família, festas de instituições religiosas, casas de meretrício, rodas boêmias relativamente marginais, para espaços de apresentação mais “cosmopolitas”, formando um horizonte de visibilidade que atinge grupos humanos que não tinham contato regular com expressões que ficavam confinadas às redes restritas de apresentação dos gestos e da corporeidade. Dentre esses espaços, podemos mencionar as rádios, as casas de shows para grandes públicos, que passam a integrar pessoas de diferentes bairros de uma cidade, as TV’s, as redes de comércio informal, que atuam como pólos gravitacionais do consumo de bens simbólicos, divulgando expressões numa escala até então desconhecida.

Para dar uma idéia do que estamos tratando talvez valha a pena apresentar uma sinopse do desenvolvimento social do tecnobrega, gênero musical que alcançou um novo patamar de coordenação do gosto do público de Belém do Pará nos anos 2000.

3

O *tecnobrega*, em termos gerais, é um gênero que descende de uma seleção de elementos oriundos da tradição melodramática do bolero e da jovem guarda de variações da música eletrônica como o *dance* e o *house*, combinados com elementos de diversas referências musicais cultivadas no Brasil e nas Guianas, e que, aos

poucos, foi ganhando um padrão próprio em Belém, sob o nome de brega. Traçar um mapa do desenvolvimento das diversas combinações que tornaram possíveis a formação do *brega* é uma tarefa que requer um tipo de detalhamento que ocuparia um espaço do qual não dispomos nesse artigo. No entanto, talvez seja possível chamar a atenção para alguns elementos que são reconhecidos, entre distintos músicos e D.J.'s paraenses, como a base do brega. O padrão da percussão do brega é característica: é um compasso ajustado a uma longa tradição de dança de par, cultivada em Belém, e que, ao que tudo indica, é mais antigo que a música-brega. A percussão parece ser o resultado de um longo processo de adaptação da tradição de movimentos corporais dos festejos amazônicos², ao acervo de batidas resultantes da interpenetração de ritmos caribenhos e norte-americanos, dentro do qual o rebolado se tornou uma decorrência de um intenso movimento de joelhos, executados sobre um caminhado, seguindo uma passada do dois pra lá e um pra cá. A subordinação do padrão percussivo a esta tradição de dança do brega parece ser tão significativa que o desenvolvimento percussivo que marcou o desenvolvimento do *brega*, passando pelo *brega cha-dun-dun* e pelo *brega pop* (também conhecido por *brega-calypso* ou simplesmente *calypso*) chegando ao *tecnobrega*, ficou marcado, além de pela substituição dos instrumentos acústicos por sintetizadores, pela aceleração do padrão das batidas³. Assim, a tradição da dança de par pôde ser mantida, mesmo com a aceleração dos movimentos levada a efeito pelas gerações mais jovens.

O nome brega, inicialmente, era usado para fazer referência a diferentes aspectos de um mesmo fenômeno: indicava um lugar, uma situação de distração e diversão e a música que era executada em bailes marcados pela associação com grupos humanos avaliados como inferiores por boa parte da sociedade belemense. O brega, como gênero musical diferenciado ainda não tinha ganhado forma; foi adquirindo uma feição própria nas expressões dos frequentadores das casas de prostituição, da zona portuária onde circulavam boêmios e contraventores, cultivadores de atividades regulares a partir das quais poderiam obter prazer do êxtase sexual e dançante. Esses grupos acabaram se tornando responsáveis pela síntese de expressões ligadas ao universo da diversão, que abarcava o sexo, a música, e as drogas. Essa síntese, no entanto, estava condicionada à ligação que esses indivíduos mantinham com as outras dimensões de dependências sociais com os outros grupos citadinos. Dos anos 50 para os anos 60, o rádio já era um veículo de massa; e as referências musicais plasmadas pelas rádios se tornavam um manancial de referências rítmico-dançantes para a transformação da linguagem da diversão e dos jogos de sedução que muitos indivíduos se sentiam impelidos a levar a efeito nesses espaços. Pequenas mudanças e combinação de movimentos

² Essas informações estão de acordo com a teoria de formação da dança do brega de Marcelo Thiganá.

³ Segundo Tony Brasil, reconhecido como um dos primeiros D.J.'s a gravar brega sob a base do eletroritmo, a alteração na percussão do brega cha-cun-dum para o brega pop, destacadamente a partir dos álbuns de Roberto Vilar, foi marcada pela alteração do padrão de velocidade das batidas que passou dos 148 b.p.m., para 166 b.p.m.

vistos e ouvidos, visando chamar a atenção dos parceiros, experiências com os movimentos dançantes, que acabaram sendo percebidas como fontes de prazer, e que, vistas sob um ponto de vista processual, nos obriga a enxergá-las sob um padrão de desenvolvimento próprio. Contribuições anônimas que iam se difundindo e ganhando o status de padrão de referência. Os movimentos corporais das danças e festejos amazônicos combinados com as danças de corte e burguesa, como a valsa e a polca, difundida entre os estratos populares. A disseminação do bolero e de ritmos caribenhos como o calypso, o merengue e a cumbia nas casas de diversão noturnas restritas, ou marginais – como os bregões – e nos prostíbulos como uma expressão adaptada aos aprendizados do cortejo e da sedução. Sob essa herança, nos anos 60, a cultura pop é recebida e ajustada às lógicas de expansão dos espaços de diversão popular que, de alguma forma, se tornavam os lugares de apresentação do diálogo do twist americano, do rock-and-roll e do iê-iê-iê com a tradição de expressões formadas pelas gerações anteriores de belenenses, que parecem ter guardado um grande apreço pelas dança a dois. A jovem guarda é incorporada sobre ritmos que são dançados por pares; a batida rápida do rock se ajusta ao compasso dos boleros, merengues, cúmbias. As guitarras do iê-iê-iê são absorvidas em redes de sociabilidade influenciadas pelo gosto das gerações anteriores pela guitarrada, que chegava através das rádios AM das Guianas, especialmente Caiena. A definição do brega como um padrão musical ainda um tanto vago nos anos 60 também esteve estreitamente associado à importância assumida pela dança do brega que também ia tomando uma forma própria, nos bailes populares. A disseminação dos bailes populares, como serviços de prestação de lazer mediados pelo dinheiro a um público relativamente anônimo, encontravam-se limitados pelos espaços de lazer familiar, que acabavam atuando como uma força gravitacional importante das atividades de lazer conspícuas vivenciadas por distintas faixas dos estratos populares. A estigmatização não era apenas expressa pelos estratos ricos em relação aos pobres. A utilização unívoca da classificação baseada na divisão social em classes não nos permite apreender a dinâmica específica a partir da qual determinadas estruturas de lazer e diversão, e dentro delas o brega, alcançaram legitimidade entre distintos estratos sociais em Belém. Os bregões e casas de prostituição não eram lugares que faixas significativas dos estratos pobres julgassem adequado frequentar. As barreiras morais também estavam erguidas nas vizinhanças dos bairros populares onde os bregões e prostíbulos existiam e angariavam público. Ainda que com canais de repressão mais frouxos que os adotados pelos estratos ricos para que os ritmos populares não entrassem em suas vizinhanças, os estratos pobres não formavam um bloco moral unívoco entre si. E essas barreiras morais implicavam uma maior dificuldade para que as danças e as músicas dos bregões e das casas de prostituição se difundissem em uma escala ampliada a ponto de fazer parte de um mercado mais amplo de oferta de lazer.

Para entendermos como o brega-música e a dança do brega saíram do relativo confinamento dos espaços de lazer socialmente estigmatizados, e alcançaram legitimidade nas zonas mais amplas das vizinhanças dos bairros populares e, a partir daí, os espaços de diversão frequentados pelos estratos médios e ricos, é fundamental entendermos o desenvolvimento da trajetória de

uma forma específica de baile surgida em algumas zonas periféricas de Belém: a *aparelhagem*.

A aparelhagem já tem uma história de cerca de 60 anos. Inicialmente, a aparelhagem designava um pequeno empreendimento baseado na oferta de equipamento de sons para festas além do serviço de escolha e programação de um repertório de músicas tocadas nas festas. Os componentes eram basicamente equipamentos de som: conjunto de caixas com auto-falantes ligadas a uma central de controle, formando paredes de emissão sonora. A mobilidade dos equipamentos e dos serviços prestados permitia que a concepção do baile se ajustasse às diversas demandas por lazer nas regiões distantes do centro da cidade que ganhava corpo desde os fins do ciclo da borracha. A aparelhagem poderia ser contratada por um bregão, uma casa de prostituição, por uma família, ou mesmo por moradores de bairros que desejassem organizar festas nas ruas onde moravam. Não era um negócio que qualquer pessoa nos bairros populares poderia organizar. No entanto, era um negócio que era adequado às possibilidades de gastos e aos gostos dos moradores das zonas menos centrais. Era uma lógica de negócio que permitia a organização de festas em distintas dimensões das necessidades das zonas periféricas; permitia a organização de uma lógica de baile ambulante: os equipamentos poderiam ser montados na sala de uma casa, em uma casa de show, ou em uma rua. Os donos dessas aparelhagens se mostraram pessoas capazes de se relacionar com distintos grupos sociais nas periferias. Poderiam montar os seus equipamentos em uma festa de meretrício em uma semana, e controlar o som de uma confraternização familiar na semana seguinte. Nos períodos das festas religiosas populares, criaram oportunidades de expansão dos espaços de exposição das emoções ligadas ao lazer prestando os serviços das aparelhagens para moradores e associações de bairro nos terreiros juninos, ou nas festas religiosas de grandes proporções como o Círio de Nazaré. Essas festas se caracterizavam pela heterogeneidade de públicos familiares, o que acabou pressionando os *controlistas* (os tocadores e programadores de som) a tocarem um repertório musical amplo, buscando abarcar os distintos gostos musicais aceitos por esse público popular. As aparelhagens foram se mostrando, para o público das periferias, como uma excelente alternativa de exposição das emoções ligadas ao lazer, que atraía um público que buscavam oportunidades de sedução e dança, sem a imagem desprestigiada dos bregões ou das casas de meretrício. Essa situação mais cosmopolita das aparelhagens implicava a criação de canais de circulação de expressões, anteriormente confinadas a espaços sociais estigmatizados. O brega e, especialmente, a dança do brega, ultrapassou os limites das zonas estigmatizadas e encontravam um espaço onde ele pudesse cumprir as funções simbólico-corporais de obtenção de prazer sem o grau de represálias morais impingidas aos bregões e aos prostíbulos. As músicas de baile americanas, como o rock and roll e o iê-iê-iê vão ganhando outras colorações musicais, ao serem combinadas com guitarradas, merengues, cúmbias e boleros, gêneros oriundos da tradição musical-dançante do mundo caribenho. Os passos da dança do brega iam ganhando contornos mais nítidos, e a aparelhagem foi consolidando-se, entre a população das zonas periféricas, como uma forma de coordenação social de públicos anônimos, com função de diversão mediada pelo dinheiro, oriundos de diferentes bairros

percebidos como periféricos. Mesmo nos anos oitenta, período em que se forma uma divisão intergeracional de gostos por diversão dançante entre os mais velhos e os mais jovens, decorrente da entrada do público jovem no mercado de prestações de diversão como consumidores, a aparelhagem continuou a manter-se como espaço de lazer no qual as diferentes tendências musicais e geracionais poderiam ser encontradas. Os mais velhos mantinham o gosto pelo brega, cultivado nos espaços adultos dos bregões e dos prostíbulos, e a geração mais nova evitava, ainda que não inteiramente, a música e a dança dos mais velhos, em detrimento da apropriação do dance e do house, cultivada nas pipocas dançantes⁴. O clube social e as festas de aparelhagem foram os espaços onde os gestos de diversão musical-dançante de diferentes gerações poderiam se interpenetrar. O aumento da complexidade das relações em Belém, de certa forma, encontrava uma condensação nos circuitos de aparelhagens já que elas circulavam não apenas entre os distintos bairros periféricos, mas, igualmente, entre distintos grupos geracionais. Quando as galeras de bairros, cultivadores do dance e do house não puderam mais freqüentar as casas de show onde os D.J.'s mixavam as músicas chegadas dos EUA, Europa, mediadas por rio de janeiro e São Paulo, através das boates das classes médias moradores de zonas prestigiosas, proibidas de freqüentar pelo poder público sob a justificativa de que eram lugares que estimulavam a violência entre grupos rivais, as aparelhagens se apresentaram como o espaço possível de canalização de algumas das pulsões ligadas ao lazer musical e dançante da geração mais jovem, fazendo-a encontrar, com mais freqüência, com a geração mais velha. A partir dessa estrutura de divisão do poder e dos espaços musicais dançantes nos anos 80 é que decorre grandes transformações nos rumos da dança e da música em Belém. Os D.J.'s de boate, que se mostravam refratários ao brega tocado pelos *controlistas* das aparelhagens, se viram pressionados a travar contato com o universo sonoro desse espaço. Disso resultou a combinação entre as técnicas de mixagem e combinação de materiais sonoros que dialogavam com o deslocamento dos públicos jovens das boates para as aparelhagens. A combinação do brega como música de par e a exigência dos movimentos soltos e bélicos do dance e house dançado em Belém foi estimulando os jovens a dançarem músicas com a batida do brega e com as aberturas de movimento do house. A estrutura do movimento dos joelhos executados sobre um caminhado foi enormemente acelerado – criando dificuldades para que as gerações mais velhas adotassem o tecnobrega como uma dança da qual pudessem extrair prazer. Além disso, o movimento da dança de par do agora brega tradicional foi flexibilizado. Houve uma apropriação de vários movimentos soltos, muitos desses movimentos, por sinal, segundo Thiganá⁵, lembram a encenação de um conflito. Os movimentos dos quadris e dos joelhos se adequaram a performances de braços e cabeça que em alguma medida dão uma feição agonística aos movimentos. Nesse período, na passagem dos anos 90 para os anos 2000, as aparelhagens deixam de ser apenas serviços de equipamentos de som

⁴ As pipocas dançantes eram festas resultantes de adaptações do formato de diversão da boate das classes médias nas condições precárias dos bairros populares de Belém.

⁵ A teoria da formação do brega e da dança do brega, concedida por Marcelo Thiganá, em uma entrevista, serve de referência para a construção do argumento.

com repertórios selecionados por *controlistas* e vão assumindo, aos poucos, a feição de discotecas ambulantes, fundadas sob a performance de uma apresentação audiovisual, e não apenas calcada no áudio. Os controlistas cedem lugar a profissionais que, além de terem a habilidade de selecionar repertório, e criar um bom sincronismo na passagem de um LP a outro, passam a desempenhar o papel de animadores, agora pensados dentro de uma concepção de uma programação de sons, luzes e movimentos dos componentes audiovisuais. A transformação da feição da aparelhagem, e, ao mesmo tempo, a sua manutenção como espaços de lazer ambulante está relacionada com um conjunto de transformações ligadas à formação e à transformação de fenômenos que relacionamos à delimitação de uma economia simbólica nas periferias. Um conjunto desses aspectos está relacionado à difusão do sistema de crédito e ao processo de monetarização das necessidades das gerações mais jovens formadas nesses espaços, assumindo um outro patamar de interligação entre as zonas urbanas pela dinâmica de uma economia simbólica, das quais a aparelhagem é um exemplo emblemático. Nesse movimento não está implicado apenas uma transformação na estrutura produtiva. Ela está estreitamente relacionada com a transformação nas dinâmicas próprias do desenvolvimento dos modos de transmissão dos padrões de avaliação do status humano, decorrente da constituição de espaços relativamente mais cosmopolitas, orientados para o cumprimento da função de divertimento. De outra forma, a partir das descobertas realizadas, e à luz de outras experiências de pesquisa, parece significativo compreender a alteração dos padrões de relações sociais engendrados nos processos de urbanização nas cidades brasileiras mediante a investigação dos processos de aumentos das interdependências sociais, das complementaridades e dos conflitos entre indivíduos, da aquisição de meios técnicos para fazer frente às necessidades decorrentes da manutenção das dependências mútuas em escalas ampliadas, coordenadas pelas dinâmicas de satisfação afetiva com direção diversional-monetária como um dos aspectos constituintes da lógica social mais ampla de periferação de hábitos, modos de orientação da ação e do prestígio dos grupos humanos. Periferação, como se tem tentado chamar a atenção, é uma denominação que é utilizada não para aprender um processo de isolamento ou uma dinâmica de segregação absoluta, como majoritariamente o termo tem sido utilizado, vinculado-o a noções como “guetização”, “segregação”, “exclusão”. Parece-me que esta associação nos leva a uma compreensão distorcida do desenvolvimento social, engendrada em meio às pressões decorrentes das lutas humanas atuais por democratização ao acesso de diversos bens, desconsiderando o fato de que o aumento do nível de tensões humanas decorrente da “universalização” da percepção da desigualdade a partir de critérios de avaliação como acesso a bens materiais, cidadania ou desenvolvimento humano resulta do próprio aumento das interdependências mútuas entre grupos heterogêneos, e da difusão de valores e transmissão de expressões advindas do aumento de ligações, expressas em fenômenos como o de periferação de bairros. Assim, parte-se da compreensão de que a dinâmica de periferação de bairros e cidades, especialmente a partir dos anos 60 do século XX, e os nomes utilizados como expressão da auto-percepção de grupos humanos constituídos nessa dinâmica, tais como favela, periferia, gueto, são o resultado do aumento das ligações entre esses

grupos estigmatizados e grupos estabelecidos de zonas centrais e avaliadas como superiores, e das trocas de informações, gestos e significações entre eles, inclusive, de termos pejorativos e prestigiosos, advindos do aumento dos conflitos relativos à intensificação das complementaridades econômicas, técnicas e expressivas. A aparelhagem, considerada tanto como uma técnica de ampliação sonora como um formato de canalização das emoções diversionais, assim como um negócio de lazer, é um exemplo de uma estrutura social que surge e adquire uma amplitude metropolitana como lógica de coordenação da diversão de grupos populares e abastados, em um processo de periferização de duração intergeracional. Lançando mão do saber sintetizado e acumulado por gerações anteriores de cientistas sociais que se dedicaram a formar representações sobre busco adaptá-las transformando-as a luz da necessidade de colocar novos problemas e de sistematizar um conjunto de fatos novos, diferentes daqueles com os quais as gerações anteriores tiveram de lidar para formar os seus quadros teóricos.

Dessa forma, passo a dar a atenção a um conjunto de transformações relacionadas ao problema de formação e desenvolvimento da lógica monetária nas periferias que parece ser útil para o entendimento do impacto da economia simbólica sobre as expressões de diversão orientadas para a busca de êxtase erótico musical-dançante.

4

Atualmente já se tornou comum o entendimento de que no período em que vivemos as estruturas de comunicação e informação desempenham um papel importante na constituição das expressões humanas, em diferentes âmbitos da vida. Anteriormente, talvez fosse possível falar que diferentes dimensões da vida das pessoas não estivessem premidas pela pressão para responderem às demandas relacionadas às lógicas de produção, distribuição e consumo de informações como as que exigem uma interligação entre diversos sistemas de operações em meio aos quais as carências humanas ganham forma contemporaneamente. As práticas de divertimento populares como as rodas de samba, o pagode, em uma direção, as brincadeiras infantis como as compartilhadas pelas crianças sertanejas de gerações anteriores, criando animais com frutas e legumes, em outra, ocupavam um lugar importante na constituição expressiva delas e existiam sob uma condição de baixa dependência de dinheiro. Por conseguinte, talvez, também possamos afirmar que a cadeia global que interligava os indivíduos em período anteriores fosse menos dependente de um tipo de estrutura de comunicação como a que existe hoje, sendo que, de fato, era, em muitos sentidos, inexistente.

Os caminhos que têm levado os indivíduos a dependerem cada vez mais das estruturas de comunicação e informação são diferenciados, dependente de uma combinação heteróclita de fatores que dificilmente podem ser apreendidos de um modo sincrônico. No entanto, uma das forças que mais contribuiu para uma adaptação das heranças corporais, dos modos de percepção e das tendências de ação vinculadas a essas heranças, às lógicas de produção e consumo de informação se refere ao aumento da importância das funções bancárias e o papel do crédito na

constituição das pulsões cotidianas para o consumo. A maior dependência dos indivíduos das funções bancárias certamente é uma das condições que tem contribuído para a crescente legitimidade dos padrões de controle e autocontrole nas quais as realizações dos desejos e das fantasias são engendradas através de descargas pulsionais de curto prazo, modeladas por sentidos de procrastinação dos deveres de pagamentos de prestações (BAUDRILLARD, 1973), ou simplesmente são orientadas para o “aqui e o agora”, sem qualquer estabelecimento de compromissos de longo prazo (BAUMAN,1999a). A expansão das funções de crédito e das atividades bancárias pode ter ainda outro significado, tão importante para a compreensão da crescente importância da lógica da economia simbólica na constituição dos padrões individuais e globais de práticas e heranças gestuais quanto a monetarização dos diferentes tipos de carências que os homens desenvolveram em relação ao mundo-ambiente e em relação aos outros homens: o aumento da dependência de uma parte significativa dos âmbitos da vida dos níveis de integração bancário das relações sociais, a maior subordinação das carências e valências afetivas em relação a estas instâncias e, por conseguinte, um enfraquecimento ou, talvez, uma redefinição da capacidade de centripetação dos sentidos e das estimas em relação ao Estado-nação. Uma breve consideração sobre o desenvolvimento do sistema bancário no Brasil pode nos ajudar a esclarecer o problema que se está tentando apresentar.

4.1

O aparecimento de um nível de integração propriamente nacional das operações e das demandas por serviços bancários data de período bastante recente no Brasil. Os anos de 1940 marcam um período importante de expansão das atividades bancárias no território brasileiro. Entretanto, o tipo de expansão ocorrido entre os anos 1940 e 1960 expressa um crescimento descentralizado das instituições bancárias. O raio de alcance de cada casa bancária estava circunscrita à região metropolitana na qual estava situada os seus respectivos clientes, ou seja, tanto os gestores das empresas bancárias quanto os consumidores de seus serviços mantinham uma relação de oferta e procura de crédito em um plano local e regional. Logo, a estrutura de circulação e de informação que dava sustentação a essa rede de interdependências tinha uma feição mais localizada do que tem atualmente. Se considerarmos o plano de integração do território nacional, controlado pelo estado-brasileiro, os donos e controladores da empresas bancárias eram pouco integrados entre si. As elites vinculadas aos bancos eram locais, ou de influência regional, não estando sujeitas às pressões das forças financeiras internacionais, atendendo restritos grupos sociais que podiam pagar juros de empréstimos compatíveis com a baixa monetarização (se consideramos o sistema bancário do ponto de vista de hoje) das necessidades gerais da população. A pequena dimensão dos bancos estava relacionada tanto à amplitude das cadeias de oferta e demanda desses serviços quanto da feição mais bancária que financeira dos serviços prestados. Assim, durante esse período, o número de instituições bancárias era grande. As instituições estavam espalhadas por diferentes partes do

país, seguindo a lógica das demandas locais e regionais, não sendo requerido um grande número de agências para o atendimento dos tipos de necessidades bancárias exigidas e dos estratos sociais que serviam dessas operações.

Essa situação se transforma rapidamente a partir do final dos anos 60, quando reformas no setor bancários/financeiro darão um novo impulso ao esforço de determinadas empresas bancárias ganharem uma feição nacional; as maiores adquirem as menores, mais frágeis, a medida que os serviços financeiros vão, paulatinamente, se tornando um novo vetor na constituição dos sistemas de carências e da configuração que pressiona a remuneração concentrada do capital financeiro. O número de instituições financeiras se reduz drasticamente em um período relativamente curto. Desaparecem as pequenas empresas bancárias que atendiam as classes ricas e médias locais, dando lugar às instituições de atuação regional, alargando as possibilidades de atendimento das classes médias e recentemente, dando lugar às grandes instituições bancárias-financeiras interligadas nacional e transnacionalmente que têm desempenhado um papel importante na oferta de serviços bancários e financeiros para as classes pobres que passam a conhecer o universo do crédito formal, e um aumento de suas rendas reais. A capacidade de concentração do poder de controle sobre os fluxos financeiros no território nacional exercida pelos grandes bancos comerciais – tornando-se encruzilhadas de conglomerados financeiros – pode ser vista a partir de alguns dados. Em 1941, cada banco tinha o controle de 2,2 agências, em 1961 controlavam 15,7; em 1971, cada banco controlava, em média, 52,9 agências, e em 1985 cada instituição controlava cerca de 160 agências (CORRÊA, 2006, p.64). Essa concentração das agências dá-se em um período no qual o atendimento ao público do varejo bancário cresce de modo significativo. Se, de um lado, ocorre um processo de integração e coordenação nacional das operações bancárias e financeiras a partir dos bancos com sede em São Paulo, por outro ocorre um aumento da oferta dos serviços bancários a uma população que até então não dependia, nem participava, das estruturas de circulação e informação com funções bancárias. A expansão das agências por diferentes regiões expressa a emergência de um novo padrão de integração das relações sociais no território brasileiro. Um exemplo dessa alteração nos é apresentada por Corrêa, ao mostrar alguns números referentes ao crescimento do banco Bradesco, entre os anos 70 e 80.

“Em 1985, o Bradesco já tinha consolidado a sua atuação por todo o território brasileiro (...). As agências paulistas, que representavam 75% do total de agências em 1961, representavam agora 26% do total, ainda que tivessem sido ampliadas de 151 para 471. As regiões Norte e Nordeste possuíam 480 agências, mais do dobro do total geral das agências em 1961. Na Região Centro-Oeste passaram de oito para 246, na Sul de 35 para 286, enquanto a Sudeste teve o número de suas agências multiplicada por cinco.” (CORRÊA, 2006, p.91).

Música, vulgaridade e dinheiro: o sentido erótico-dançante nos mercados culturais das periferias urbanas.

No entanto, a ampliação e a formação de um sistema bancário com integração nacional, como vista a partir do exemplo do desenvolvimento do banco Bradesco, é apenas um dos aspectos para entender a crescente importância adquirida pela estrutura de informação e comunicação no Brasil contemporâneo. Em período mais recente, a ampliação sem precedentes de redes de micro-finanças, a estabilização da inflação e o aumento da renda média da população apontam para a expansão da dependência dos estratos populares dos sistemas de acumulação financeira do capital em planos de integração nacional e transnacional. Um dos processos que tem facilitado esse movimento é a aproximação entre os bancos e os estabelecimentos comerciais com o fim de oferecer serviços financeiros a baixo custo para as classes pobres. Nesse setor, tem emergido novas soluções de oferta de serviços financeiros, entre os quais tem se destacado grupos ligados ao micro-crédito, correspondentes bancários e às cooperativas de crédito. De acordo com informações do site “Relatório Bancário”

“em Dezembro de 2002 não havia mais nenhum município desassistido, ou seja, sem nenhum ponto de atendimento financeiro. No final de 2005 existiam 90,4 mil correspondentes bancários⁶ espalhados pelo país que movimentaram quase 2 bilhões de reais”⁷.

Novas formas de dependências mútuas entre bancos, financeiras, seguradoras e afins com os estabelecimentos do comércio varejista têm contribuído para integrar as atividades de produção, circulação e consumo dos estratos classificados como de baixa renda aos sistemas financeiros em diferentes escalas das redes humanas globais. Aliás, o crescimento da legitimidade de classificações estatísticas tais como baixa renda e classes C, D e E está relacionado com o processo de aumento da integração de grupos – anteriormente afastados do acesso rotineiro ao dinheiro – às redes com funções financeiras. Não podemos duvidar que muitas dessas cadeias de dívidas já estejam fazendo parte de produtos financeiros comercializados às classes médias e altas de diferentes partes do mundo que de alguma forma negociam na Bovespa. A importância do poder do estado tem sido significativa nesse processo, pressionando um direcionamento de dinheiro para esses setores pobres através de políticas como a criação de bolsas sociais, o aumento do salário mínimo, o crescimento do emprego e o fortalecimento do setor habitacional. No entanto, essa “irrigação” de dinheiro *na e a partir* da economia de crédito pela via “formal” é apenas parte de um processo que envolve outros movimentos de “enriquecimento” relativo de populações pobres que, em gerações anteriores, mantinham regimes de valores significativamente diferentes dos

⁶ O correspondente bancário teve sua atividade regulamentada em 1999.

⁷http://www.relatoriobancario.com.br/eventos/cobertura_varejo_bancos/index.html
Acessado em 31 de agosto de 2007.

estratos dominantes de períodos anteriores, e estavam rotulados sob a classificação de classes pobres com características próximas a de uma casta.

Tenta-se chamar a atenção para dois fenômenos a partir dessa breve consideração sobre a expansão do crédito no Brasil: 1) a maior dependência dos estratos pobres dos grupos dominantes ligados ao controle dos sistemas financeiros nacionais e transnacionais, e, por sua vez, a dependência destes daqueles, está relacionada com a capacidade de obtenção de renda num patamar até então desconhecido pelas massas populacionais pobres num plano mundial, riqueza esta disputada pelos centros de circulação monetária em todo o mundo; 2) esta dependência, por sua vez, implica a constituição de padrões de controle e auto-controle individuais mediante os quais as expressões humanas, nas suas diversas canalizações na duração do devir cotidiano, passam a estar predispostas à mediação universal da lógica da informação como uma linguagem coletiva de individuação das figuras que os homens são capazes de produzir para se guiarem no mundo, seja como produção de “imagens de eu” ou “imagens de nós”.

Mas, como ressaltamos mais atrás, a expansão do crédito formal (seja o propiciado pelo Estado ou pelo mercado regulado juridicamente) é apenas um dos movimentos visíveis (e maciçamente divulgados pelos grupos políticos governamentais) que estão relacionados ao aumento da renda média da população das periferias urbanas atuais. Um outro tipo de movimento vem se dando há várias décadas e que não está explicitamente vinculado a este crédito formal, ainda que efetivamente esteja conectado aos diversos planos da configuração social do Brasil contemporâneo. Falo da “enxurrada” de dinheiro produzida (que não entra nos cálculos da medição de produtividade do trabalhador brasileiro) nas redes da economia informal, e, destacadamente, na economia de atividades e de bens ilícitos. De acordo com fontes do Fundo Monetário Internacional, de todo o dinheiro que estava circulando em 1998 no mundo, de 2 a 5% eram decorrentes de atividades ilegais (NAÍM, 2006, p.21). Em 2002, análises do mesmo Fundo indicavam que 1 trilhão de dólares decorrentes de atividades criminosas circulou pelo sistema financeiro, sendo que apenas o ramo do tráfico de drogas teria movimentado algo em torno de 400 bilhões de dólares (LOPES, 2006, p.89). Apesar de as associações e empreendimento ilícitos, destacadamente aqueles que tomam a forma do tráfico, serem vistos muitas vezes como um poder paralelo, como um tipo de economia que funciona a parte das redes legais, elas alcançam grande poder e penetração justamente porque desenvolvem habilidades e competências afins àquelas do sistema financeiro, qual seja, o poder de fazer circular bens e serviços, coordenando diferentes forças produtivas, mesmo que ilícitas, em diferentes planos da rede social. É o tráfico de armas que financia o tráfico de drogas, que, por sua vez pode ser financiado por outros tipos de tráfico como o de animais silvestres, mulheres, ou aqueles ligados ao comércio extremamente diversificado de bens pirateados.

Nesse novo padrão se pode ver a integração de diferentes populações a uma rede de dependências na qual a busca por dinheiro e crédito se interpenetra às carências e valências afetivas que constituem e moldam a direção dos impulsos cotidianos. Esse plano de integração coloca esses segmentos pobres emergentes

mais próximos do universo do consumo de objetos que, por sua vez, tem como uma de suas características principais a ligação inextricável com um universo de trocas de julgamentos morais e prestigiosos construídos simbolicamente. Nesse sentido, parte-se da fundamentação de que os padrões e técnicas corporais de satisfação, re-produção e re-formação das carências bio-corporais são inextricáveis dos padrões de linguagem compartilhados coletivamente mediante os quais os modos de reconhecimento entre os indivíduos, mais semelhantes ou mais diferenciados, se constroem nas relações humanas (ELIAS, 2005). A percepção desse caráter inextricável entre tendências práticas de preenchimento de carências bio-físicas e os padrões corporal-expressivos nos permite colocar o problema do impacto da relação entre expansão do crédito, consumo de objetos e a formação das determinações entre os grupos humanos entre si de uma maneira que a oposição entre necessidades essenciais e inessenciais, ou entre símbolo e vida perdem muito de seu sentido. Jean Baudrillard, em fins da década de 60, já tinha chamado a atenção para o fato de que a tendência para que os seus contemporâneos entendessem as determinações humanas através da noção de “necessidade” era em grande medida tributária de um princípio democrático como uma linguagem social herdada. Nesta, a noção de necessidade como uma carência biológica e natural, aparece como a contrapartida da interiorização dos ideais de igualdade e bem-estar entre as massas, chamando a atenção para o fato de que o entendimento das carências como necessidade está menos vinculado a um acesso de satisfação imediata (mais próximo de uma idéia de demanda corporal biológico-natural) e mais vinculada a uma constelação de ideais que se combinam mutuamente, marcada pela busca incessante de igualdade e distinção (próximo a maneira como Simmel argumenta no texto sobre uma psicologia da moda), constituindo-se num sistema de símbolos mediados pelo consumo de objetos que se autonomiza como critério de êxito social e de felicidade (BAUDRILLARD, 1975, pp.62-63). No entanto, Baudrillard acaba reiterando a oposição entre símbolo e vida quando postula que a autonomização do plano do consumo se caracteriza por uma produção de virtualidades que passam a ter uma função de desvio constante do desejo como algo que encerra uma substância⁸. Com isso, se perde de vista que os padrões sociais de reconhecimento intersubjetivo e de relaxamento psíquico corporal dos indivíduos são dependentes da linguagem social formada em um determinado estágio de desenvolvimento dos modos de transmissão dos símbolos em meio aos outros indivíduos numa determinada sociedade.

O que parece interessante reter no argumento de Baudrillard é a idéia de que a maciça inculcação de valores de igualdade social, através da integração dos diferentes segmentos populacionais às funções de consumo de objetos, colocou os indivíduos, logo, sua corporeidade expressiva, sob a pressão constante para a canalização dos impulsos na direção de espaços de apresentação mediadas por

⁸ Este fundamento inscrito no argumento de Baudrillard fica evidente neste trecho: “o princípio democrático acha-se então transferido de uma igualdade real, de capacidades, responsabilidades e possibilidades sociais, da felicidade (no sentido pleno da palavra) para a igualdade diante do objeto e outros sinais evidentes de êxito social e da felicidade” (BAUDRILLARD, *Op. cit.*, p.62).

técnicas de transmissão de informações. A importância adquirida pela produção de narrativas e imagens como uma oferta de ideais desinteressados a serem compartilhados se tornou uma das formas de produção de reconhecimento mais poderosas que constituem os padrões globais de orientação social para o consumo atualmente. Não se oferece a utilidade de uma margarina, de um automóvel e muito menos de um artista; o que é oferecido é um conjunto de ideais, uma imagem de viver, que é inextricável da apresentação do próprio produto. O que se “democratiza” é o gosto pela aquisição de habilidades e bens para investir cotidianamente nos jogos sociais de busca por igualdade/distinção. É um dos meios de expressão fundamentais da democratização dos modos de percepção e de classificação sociais deu-se por um elevado grau de universalização de um mesmo regime de dinheiro, ou seja, uma forma comum de mediação das expressões pela integração dos padrões monetários e financeiros. O sentido da busca pelo dinheiro se entrelaça à inteireza do aparelho corporal afetivo e coloca uma parte importante das práticas e das heranças simbólicas nele latentes sob a pressão relacional e sob a auto-pressão dos indivíduos não simplesmente para adquirir dinheiro, mas também para um ajustamento a diferentes regimes de julgamento, ou dos gostos, investidos na expressão do consumo. Partindo da premissa de que os regimes de julgamentos dizem respeito a domínios de memória nos quais uma prática alcança uma posição e se define hierarquicamente na cadeia múltipla de valorações e expressões da vida herdada. Sabendo-se estarem eles mutuamente se engendrando e se conflitando em um período no qual a importância da universalização de uma linguagem de equivalência, como o dinheiro, cada vez mais engolfado pela figura e pela lógica da informação, se impõem como critério das produções simbólicas. Nesse sentido, o dinheiro não precisa ser entendido como um bem que expressa um sentido homogeneizador das expressões individuais. Talvez se for feita uma história de como o dinheiro se tornou importante em diferentes sociedades, e em como a busca por esse bem alcançou crescente importância nas relações em diferentes regiões do planeta, vejamos que a expansão da lógica de equivalência monetária foi tão heterogênea quanto as próprias heranças simbólico-corporais das quais essas expansões se tornaram dependentes. Suspeitamos que o ato de comprar não é simplesmente exteriorização da atividade humana na direção de tornar as expressões iguais a todas as coisas, mas de forma diferente, é estar exposto à afetação de um investimento de sentidos, imagens, narrativas e expressões que estão em permanente circulação no intenso investimento coletivo da busca pelo dinheiro. A particularidade engendradora na lógica da mimese é constitutiva dos modos de vida organizada para a obtenção de dinheiro. Por isso que o ato de comprar tem sido visto de maneira ambivalente. De um lado, visto como eivado de uma série de significados, como um ato expressivo que posiciona os sentidos da vida de um indivíduo em relação aos outros. De outro, é visto como a perda da sensação “do viver autêntico” em detrimento de uma busca por um meio que equivale a todos os outros. Nesse sentido, podemos dizer que a busca do dinheiro é um ato de dupla verdade. Zigmunt Bauman trata de forma interessante dessa questão quando coloca a relação entre a figura da escolha como uma forma social cara a orientação dos homens e ao mesmo tempo como o universo de

Música, vulgaridade e dinheiro: o sentido erótico-dançante nos mercados culturais das periferias urbanas.

singularização das escolhas tem, como uma condição social objetiva, o jogo do consumo:

“Se ‘comprar’ significa esquadrihar as possibilidades, examinar, tocar, sentir, manusear os bens à mostra, comparando seus custos com o conteúdo da carteira ou com o crédito restante nos cartões de crédito, pondo alguns itens no carrinho e outros de volta às prateleiras – então vamos às compras na rua e em casa, no trabalho e no lazer, acordados e em sonhos. O que quer que façamos e qualquer que seja o nome que atribuamos à nossa atividade, é como ir às compras, uma atividade feitas nos padrões de ir às compras. O código em que nossa ‘política de vida’ está descrito deriva da pragmática do comprar.” (BAUMAN, 2001, p.87).

O que me parece interessante no trecho de Bauman é a sugestão de que a penetração sem precedentes das “estruturas do comprar” na vida cotidiana tem uma influência decisiva, não no fato de todos tendermos a nos igualar espiritualmente pelo consumo de coisas, mas no movimento do espírito (entendido aqui como disposições expressivas) de ajustar-se a uma lógica cotidiana “de medir o valor das coisas/práticas” e da avaliação, “a todo instante”, das condições de conversão de nossas disposições simbólicas aos diferentes regimes de valor. Os regimes de valor, por sua vez, têm a sua configuração dependente das carências e dos preenchimentos afetivos que assumem nas relações intersubjetivas, e, por dependência, da balança de valores que constituem, a um só tempo, uma moral de grupo, e um valor à imagem de eu. Ou seja, apesar de durante boa parte do século vinte uma parte importante dos pesquisadores terem compreendido os processos de urbanização, monetarização e estatização das relações sociais como um movimento de extração do afetivo, de extirpação das energias e impressões pessoais, etc., atualmente parece que vamos nos dando conta de que a relação entre a construção de mecanismos de impessoalização das relações e a formação das moralidades (disposição para dialogicamente ou gestualmente avaliar o valor das pessoas e de suas ações) são fenômenos mutuamente interconectados. O que parece estar faltando é um modelo de síntese que vise dar conta desses problemas humanos de forma integrada. Tanto o problema da emergência universal do dinheiro quanto das estruturas de informação e comunicação nos permite colocar o problema da importância da conversão de significados particulares em universais, e vice-versa, segundo os limites da legitimidade do compartilhamento de valores entre as pessoas. Ou seja, o problema de que aspectos das ligações humanas se dão sob condições objetivas semelhantes e, ao mesmo tempo, sob uma pressão decorrente das ligações sociais para uma auto-regulação individual da estabilização das expressões e das formas de reconhecimento que conformam as estruturas da personalidade, se torna um dos aspectos decisivos do nosso tempo.

Simmel, no seu texto sobre *O Dinheiro na Cultura Moderna*, oferece uma forma de colocar esse problema que, em muitos sentidos, pode ser considerada

como uma referência da questão acerca do desenvolvimento da tensão entre uma cultura objetiva e subjetiva (SIMMEL, 2005) como resultado da história das relações entre homem e natureza, que se intensificou ao longo do século XX:

*“As correntes da cultura moderna deságuam em duas direções aparentemente opostas: por um lado, no nivelamento, no aplainamento, na produção de círculos sociais cada vez mais abrangentes através da ligação do mais remoto sob as mesmas condições; e por outro lado destacando o que há de mais individual, na independência da pessoa, na autonomia de sua formação. E as duas direções são implementada pela economia monetária, que por um lado propicia um interesse absolutamente geral, que atua por toda a parte do mesmo modo, **como um meio de entendimento e associação**; e por outro lado propicia à personalidade a mais elevada reserva, individualização e liberdade.”* (citado em WAIZBORT, 2000, p.152 – grifo meu)

O trecho interessa pelo que pode a partir dele ser sugerido. O dinheiro se tornou uma carência imediata, que, por sua vez, estabelece uma mediação com outras carências de práticas e objetos. A imediatez da carência por dinheiro, fonte da pressão rotineira para a busca de um mediador universal é, simultaneamente, uma pulsão na direção de algo que torne as atividades cotidianas comunicáveis com um universo imensurável de coisas e expressões. Torna as práticas e julgamentos naturalizados nos impulsos para o dinheiro uma forma de acessar o reconhecimento com outras práticas, coisas e pessoas, eivadas de expressões, sentidos e julgamentos especificados pela condensação vital na trajetória dos indivíduos. A imediatez da carência por dinheiro, entendida como disposição tendencial para a permanente busca por dinheiro, apenas pode ser entendida, dessa forma, como mediada pela dinâmica de produção de expressões e sentidos envolvente desse bem. O dinheiro é, ao mesmo tempo, linguagem da teleologia das práticas, esquema das predisposições das expressões corporais e uma lógica de circulação de coisas, práticas e pessoas que é vivida como uma força exterior aos indivíduos. A predisposição para que as pessoas se orientem para a busca de dinheiro, implica, necessariamente, algum tipo de canalização das heranças simbólicas encarnadas na pessoa, como uma projeção e sujeição aos signos potencialmente visíveis nesse “meio de entendimento e associação”. O dinheiro, assim visto, não é apenas uma forma abstrata do trabalho humano estranhado (MARX, 2004), mas uma encruzilhada de disposições expressivas sujeitas a diversos regimes de valor. Ou seja, o dinheiro se apresenta, a partir da legitimidade alcançada pelos grandes sistemas financeiros mundiais, como uma condição essencial de conversão dos distintos regimes de valor. Estes se interpenetram e disputam entre os si os critérios de valoração simbólica que pressionam e modelam, em diferentes direções, os critérios de avaliação que

podem dotar tal ou qual propriedade social de uma força relativamente centrípeta na orientação coletiva para a valorização de um valor.

Aliás, um dos fenômenos mais significativos ocorridos no último quarto do século vinte foi uma a perda de poder centrípeta da estrutura de transportes de pessoas e bens que dava sustentação ao tipo de circulação monetária do tempo em que um autor como Simmel está escrevendo, em detrimento da crescente importância de um tipo de estrutura de comunicação e informação vigente atualmente. A linguagem e os canais no interior dos quais o dinheiro se objetiva, circula e orienta a dinâmica dos espaços e dos gestos dependem das lógicas afetivas inscritas nas estruturas de transmissão de símbolos. O padrão social de gosto relacionados, por exemplo, ao funk, ao pagode, ou ao tecnobrega, constitui os limites para o investimento de dinheiro em um circuito de lazer, e igualmente, para o esforço de busca de reconhecimento intersubjetivo, ligado a estas situações. As estimas e os critérios de validação/constituição de suas práticas sob a lógica mercantil são interdependentes.

Comparativamente, o maior entrelaçamento entre heranças gestuais e sistema mercantil tem como um de seus aspectos principais a crescente subordinação da estrutura de circulação monetária pela estrutura de circulação de informações. Esta maior conexão é bastante visível em diversos fenômenos e instituições surgidas em período recente. A compra de móveis e imóveis através do financiamento com desconto da parcela devida em folha, a expansão das TV's por assinatura, não apenas pelas vias legais, mas, como é o caso de inúmeras favelas no Brasil, pelos sistemas clandestinos de TV a cabo que se tornaram acessíveis a esses grupos. A expansão crescente das compras e vendas através da internet. O aumento do número de contas-corrente. O dinheiro que se acessa pelos diversos tipos de cartão de débito e de crédito. A expansão incrível das redes de distribuição de bens piratas, que agem otimizando a flexibilização a coordenação dos insumos com grande eficiência, pressionando a um barateamento geral dos custos dos produtos comercializados no setor formal, mas, especificamente, um barateamento que tornou acessível às populações de baixa renda ascendente um universo de equipamentos eletrônicos e digitais.

Todos esses fenômenos estão relacionados à consolidação das texturas das estruturas informacionais mediante as quais as redes de produção, circulação e consumos de bens simbólicos se tornou um dos aspectos centrais para se entender porque os domínios de memória ligados ao reconhecimento das práticas sob o nome *cultura* ganhou importância fundamental no entendimento das afinidades e conflitos sociais, a partir das quais podemos perceber direções para os rumos dos grupos humanos contemporaneamente (FARIAS, 2005, pp.32-34). É por essas vias que ganham forma a exteriorização das atividades simbólicas, ligadas ao âmbito da existência mais imediata, à busca pela sobrevivência, que está ligada ao quadro de valores que situa as posições de indivíduos e grupos de acordo a luta pela imposição de padrões moralidade. Estes, por sua vez, estão entrelaçados à luta pelo poder ligado às posições privilegiadas de transmissão de saberes, posições que facultam aos agentes que as ocupam um maior gradiente de poder para validar imagens, narrativas, discursos como parte do tecido constituinte da

linguagem coletiva mediante a qual os indivíduos, posicionados diferenciadamente entre si, se apropriam e a re-significam, também de acordo com a diferenciação da posição social que o permite formar-se como indivíduo, e como pertencente a um lugar referenciado por valores estatutários, em meio às diversas imagens de grupo que mutuamente se engendram, mas que também, se dissolvem. Esse movimento significa, a um só tempo, *a*) pressão para a liberação de tempo da vida cotidiana dos afazeres domésticos (primordialmente das mulheres) vinculados às técnicas “tradicionais” como fazer comida, lavar roupas, cuidar das crianças, e, entrelaçado a esta pressão a *b*) constituição de modos de percepção e padrões de avaliação dos sentidos da vida vinculados ao aumento de importância da relação entre o jogo de julgamento dos gostos mediados por lógicas específicas de equivalência de mercado, que, por sua vez, estão cada vez mais dependentes da lógica de conversão das expressões e impulsos humanos em informações e comunicação. Passam a depender menos das trocas altamente dependentes dos investimentos afetivos face a face, em um universo de obrigações fechado para fora dos limites do âmbito doméstico, e passam a estar cada vez mais entrelaçados às carências de justificação da existência pessoal situada numa lógica sistêmica, na qual a constituição de narrativas de auto-justificação são dependentes de um enorme e diferenciado aparato técnico que passa a mediar os atos de desenvolvimento e formação de auto-imagens de mundo. A importância adquirida pela televisão, pelo rádio, e mais recentemente, pelas mídias como máquinas digitais, filmadoras portáteis, celulares, do espaço e das novas técnicas de comunicação e de apresentação tornados possíveis pela internet como *blogs*, comunicadores instantâneos de PC a PC, e-mails, sites de relacionamentos, colocam a tensão entre cultura objetiva e subjetiva num novo estágio de acirramento mútuo. Os estratos pobres, através do aumento significativo de sua renda, passam a ter acesso a esses bens, aumentando as hierarquizações e padrões de distinção no interior desses estratos, reconduzindo os padrões de hierarquia nas sociedades contemporâneas a um outro patamar de qualidade. Ou seja, depende cada vez mais da capacidade dos indivíduos de constituírem narrativas pessoais, histórias de vida, fios condutores formados em um processo de “desvelamento do espírito”, no plano pessoal⁹, que depende do acesso a um conjunto enorme de aparatos tecnológicos que se impõe como uma pressão geral, para os mais distintos grupos sociais. No entanto, o acesso às oportunidades de constituição e apresentação de narrativas e de fabricação de imagens de mundo dá-se sobre tendências para perpetuar a desigualdade no que se refere aos meios de

⁹ Bauman, ao tratar das implicações da crescente importância da condição de ambivalência no mundo contemporâneo, chama a atenção para como a desnaturalização das diversas dimensões da vida que ligavam as “imagens de eu” e as “imagens de mundo”, pressiona, cada vez mais, o plano da psique individual, como lugar de tentativa de resolução das pressões sociais infligidas aos indivíduos: “Com nenhum poder terreno decidido a erradicá-la, a ambivalência passou da esfera pública à privada. É agora, em larga medida, uma questão pessoal. Como tantos outros problemas sociais globais, esse deve ser atacado individualmente e resolvido, se o for, com meios privados. A obtenção da clareza de propósito e sentido é uma tarefa individual e uma responsabilidade pessoal. O esforço é pessoal. E igualmente o fracasso do esforço. E a culpa pelo fracasso. E a conseqüente sensação de culpa.” (BAUMAN, 1999, p.207).

constituição de artefatos simbólico-afetivos (BAUMAN, 1999). As capacidades simbólico-afetivas também não são disposições que possam ser compreendidas como se fossem inatas à natureza humana.

A formação de imagens universais é grandemente dependente dos processos de desnaturalização da capacidade individual de expressão como competência para esclarecer os sentidos, quaisquer que sejam, mediante os quais os indivíduos se situam no fluxo do porvir e que potencialmente exercem pressão sobre as afetos que impulsionam as tendências comportamentais rumo às carências engendradas na matéria vital dos gestos e dos discursos. Se pensarmos que as instâncias culturais detentoras de maior poder de imposição de imagens universais são aquelas que estão mais ajustadas à lógica de acumulação do capital, atuando de maneira mais imediata sobre o desenvolvimento sócio-motor veremos que o entretenimento torna-se uma função com elevado poder de coordenação social, não apenas entre os estratos dominantes, mas também entre os estratos populares habitantes das periferias urbanas atuais.

A problemática das implicações da expansão das funções monetárias e do crédito, integrando um contingente ainda maior de pessoas nas últimas três décadas, especialmente as massas pobres, e a penetração da motivação pela busca do dinheiro em diferentes dimensões da vida, nos permite colocar de outra forma o problema da gênese dos mercados de bens simbólicos e da função de gêneros lúdico-artísticos populares ligados a configuração das periferias urbanas. No entanto, antes de enfrentarmos esta questão se mostra relevante a tentativa de precisarmos o fenômeno que estamos chamando de periferias urbanas.

5

O problema da formação das periferias ganhou força com a intensificação dos processos de modernização nos países terceiro-mundistas, nos quais grandes contingentes populacionais se deslocaram do campo para a cidade, especialmente a partir dos anos 50. A integração das cidades terceiro-mundistas à dinâmica do capitalismo industrial internacional atraiu um grande contingente populacional que se acomodou sob estruturas técnicas bastante desiguais nos territórios das cidades que se expandiram abruptamente. Os intensos processos de urbanização implicaram em uma pressão para a sincronização da vida dos migrantes ao ritmo de vida direta ou indiretamente influenciado pelas forças produtivas fundadas sobre o elo Estado, empresas nacionais e internacionais. A pressão para a sincronização da vida dos estratos pobres das cidades à dinâmica da coordenação dos fatores produtivos canalizados para a lógica de acumulação capitalista coloca sob a apresentação pública o problema da desigualdade de condições dos grupos humanos para se ajustarem à configuração na qual as oportunidades de sobrevivência e de prestígio dependem cada vez mais do assalariamento. Para estarem perto das atividades de trabalho os estratos urbanos pobres aceitam e são pressionados a aceitar viver em lugares com infra-estruturas precárias, e se vêem impelidos a construir – quase que inteiramente com recursos próprios – as infra-

estruturas que lhe são possíveis e necessárias à integração com as lógicas e estruturas urbanas voltadas para o acúmulo do capital entre os estratos ricos. O debate do surgimento da periferia, e da necessidade de as sociedades “subdesenvolvidas” terem de lidar com este fenômeno, esteve estreitamente associado ao problema da emergência da pobreza urbana. A percepção de que grandes e heteróclitos contingentes populacionais estavam subordinados a uma constelação de estruturas de coordenação social das cidades colocou rapidamente para alguns setores a necessidade de resolver a desigualdade gerada pelos processos de modernização urbano-industrial e de serviços. O tema da desigualdade e da marginalidade passou a ser enfrentado como se fosse uma condição social a - histórica; o problema central se tornou diagnosticar a relação entre o acesso a bens e serviços que os estratos ricos possuíam e as dificuldades que os estratos pobres enfrentavam para ter acesso regular a esses serviços e bens. A construção da percepção para o fenômeno da pobreza foi pavimentado a partir de uma naturalização do tema das necessidades de consumo advindas da intensificação dos processos de urbanização e expansão das estruturas capitalistas. Essa perspectiva acabou tomando como um pressuposto inquestionado a idéia de que as necessidades estavam subordinadas estritamente ao desenvolvimento das estruturas produtivas. Negligenciaram, dentre outras coisas, a idéia de que as coordenações dos fatores produtivos orientados para a sobrevivência dos grupos humanos estão interconectados aos regimes de valor simbolicamente construídos, e que estes são dependentes de estruturas estético-normativas que, em muitos sentidos, detém uma dinâmica própria (HABERMAS, 1990). De outra forma, as pesquisas não têm colocado em evidência na tematização do problema da relação entre urbanização e periferização o fato de que as adaptações e construções de técnicas e infra-estruturas de baixo custo dependerem de estruturas de comunicação entre heterogêneos regimes de avaliação do status envolvidos na concentração abrupta de contingentes humanos com diferentes heranças étnico-históricas. Por conseguinte, ao deixarem de lado essa questão, desconsideraram um aspecto que parece crucial para o entendimento do surgimento do problema das desigualdades e da pobreza relacionadas ao aparecimento das periferias: o fato de que para que haja um foco de atenção sobre a pobreza e a periferia é necessário que se considere que haja a constituição de espaços e funções sociais que propiciem uma maior circulação de símbolos e a criação de padrões de avaliações do status humano mais cosmopolitas nos espaços das cidades, que engendre a percepção constitutiva da figuração, de que um parte das dinâmicas humanas dão-se entre estratos pobres e estratos ricos. Esta pode parecer uma afirmação trivial, mas acredito que um conjunto de idéias relacionadas a esta argumentação ainda não foram suficientemente levadas em consideração para a análise da formação dos espaços e mercados de bens lúdico-artísticos populares. Isto porque a lógica de expansão das estruturas urbano-industriais e de serviços pelas cidades não se dão como uma onda unilateral que avança de um lado para o outro. Elas apenas são concretizadas nas relações intersubjetivas em que a lógica de adaptação e desenvolvimento de técnicas estão pressionadas tanto pelos níveis de integração internacional, nacional ou metropolitano, mas também premidos pelas dependências dos indivíduos das redes de vizinhança, amizade e do trabalho que

se dão em níveis de integração mais localizados. Os regimes normativos e a pressão para obedecer aos regramentos morais grupais não são os mesmos nesses planos em que se encontram conectados os indivíduos; as possibilidades de combinações entre motivações e ações implicadas nesses processos, dependem da coordenação concreta levada a efeito pelos indivíduos das referências de avaliação humana nesses diversos planos e as possibilidades de acessos aos desenvolvimentos técnicos socialmente disponíveis em uma sociedade nacional e em uma sociedade-cidade. A adaptação da técnica, vista sob esse ponto de vista, não pode ser vista como absolutamente condicionada às estruturas produtivas, mas são dependentes das referências de avaliação do status humanos que obedecem a uma balança afetiva que tem dinâmicas próprias, para além das exigências de canalização das ações condicionadas pelas estruturas produtivas. Como esses planos estão conectados, ainda que não subordinados de modo absoluto um ao outro, o próprio desenvolvimento da técnica, ligadas aos ajustamentos necessários para se viver sob a pressão de padrões de avaliação do status humano relativamente abrangente nas periferias, não tem uma direção unívoca, tornando o sentido conferido aos desenvolvimentos técnicos inteiramente entrelaçados aos padrões de avaliação do status humano constituídos em outras dimensões de coordenação da vida, para além das dimensões ligadas estritamente às estruturas produtivas.

Nesse sentido, a construção dos modelos analíticos que levem em conta a relação entre economia, técnica e moralidade na constituição das lógicas das redes de produção, distribuição e consumo de bens simbólicos nas periferias se mostram necessárias porque o fenômeno da periferia parece estar relacionado tanto à complexificação e à extensão das interdependências econômicas que compõem as redes urbanas quanto a ampliação da circulação de referências estético-normativas implicadas nas dinâmicas próprias de formação das identidades individuais e coletivas. No caso de muitos países “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento” essas questões foram postas em segundo plano ou inteiramente desconsideradas justamente porque a percepção que se tinha da pobreza e da periferia como fenômenos fundados sobre desigualdades absolutas, era um reflexo dos movimentos de modernização que, em grande parte das análises, foram vistas a partir da expansão das forças produtivas, não levando em conta a importância da estruturas normativas, e seus desenvolvimentos próprios. Dominância alcançada por essa abordagem fazia algum sentido, pois os níveis de integração da vida entre pobres e ricos, seja, pelo dinheiro, seja pelas vias de transporte ou comunicação, apesar de cada vez mais abrangentes, ainda deixavam de fora uma constelação significativa de dimensões da vida. Essa situação de limitação favoreceu, por sua vez, que se pensassem as dinâmicas das relações entre grupos das zonas centrais e das zonas periféricas das cidades a partir da idéia de que essas zonas formavam mundos relativamente apartados entre si e que mantinham-se conectadas por uma relação de dependência ligada à reprodução das estruturas econômicas de acúmulo do capital. Hoje, que somos obrigados a reconhecer que agentes, práticas e atividades classificadas e reconhecidas por gerações anteriores através de nomes desprestigiados se tornaram forças impulsionadoras de linguagens sociais com um grau maior de abrangência e universalidade, nos vemos pressionados a investigar

e, em alguns casos, re-investigar os processos de modernização e colocarmos-nos outras questões com o intuito de ter uma idéia mais adequada das tendências dos tecidos sociais atuais. Uma dessas perguntas pode ser colocada da seguinte forma: como se estruturou e tem se estruturado as dinâmicas especificamente estético-morais que tornou possível a combinação com os movimentos de apropriação e re-significação dos aprendizados técnicos que colocaram os espaços de lazer e diversão como uma fonte importante de formação de imagens de mundo individuais e coletivas que constituem forças de orientação do tecido social das cidades e suas periferias? A investigação dos processos de formação dos espaços de lazer e de gêneros de música popular pode ser uma contribuição importante para se aprimorar o conhecimento dessas formas de coordenação social.

Conclusão

A explicitação da questão da relação entre o desenvolvimento de uma economia simbólica e a direção da formação das expressões lúdico-artísticas populares emergiu através de algumas observações feitas a partir da pesquisa de mestrado, na qual se pôde perceber uma profunda transformação da configuração urbana de Salvador relacionada à emergência de uma estrutura urbano-industrial e de serviços focalizada no desenvolvimento da escala de produção e consumo musical na cidade e do surgimento de determinados estilos musicais originariamente vinculados à emergência desta sistemática. Percebeu-se que, ao mesmo tempo em que as interdependências entre pobres, setores médios e ricos foi crescendo na direção da formação de uma sistemática de produção e satisfação de necessidades “culturais” de lazer e diversão mediante o dinheiro, aumentou-se a pressão para a penetração e incorporação de uma racionalidade econômica nas disposições e horizontes de mundo dos diferentes estratos sociais antes demarcados por práticas orientadas por um ócio festivo familiar/religioso não mediado pelo dinheiro. No entanto, esse mesmo movimento tornou possível o ajuste dessas pressões e auto-pressões para a satisfação de demandas simbólicas mediante o dinheiro em recombinações da própria herança histórico-corporal, operando conversões de hábitos, práticas, saberes, antes coordenados por outras racionalidades, em bens culturais. Esse movimento se rebateu sobre as disposições de reivindicação de identidades de uma parcela importante de grupos pobres e médios como artistas produtores de bens de entretenimento. Uma questão que tem chamado a atenção no interior desse tipo de processo é a idéia de que a textura das propriedades sócio-motoras constituintes das práticas e estratégias de conversão¹⁰ de práticas anteriormente não objetivadas através do sentido de produção e consumo sob o regime do dinheiro em práticas e saberes fruídos mediante as competências para acessar o dinheiro é intrínseca aos padrões civilizadores que

¹⁰ O conceito de conversão é apropriado a partir do modo como Pierre Bourdieu o utiliza na sua análise sobre as transformações sofridas no Bearn. (BOURDIEU, 2004).

sintetizam a dimensão expressiva humana mediante o dinheiro, as sistemáticas técnicas e as lógicas de regulação e administração das necessidades, que, em grande medida são estreitamente dependentes das competências simbólicas especializadas em incitar o prazer que se autonomiza relativamente como um sentido vivido individualmente como auto-justificável.

Nessa medida, nos tem chamado a atenção a expansão de uma economia simbólica entre setores pobres e médios e os processos de incorporação de lógicas negociantes e administrativas, processos de montagem de uma infra-estrutura, que oscila entre o precário e o profissional, o formal e o informal, através do qual tem se formado uma rede de funções de divesão que, em maior ou menor medida, se integra, e não raro, é a condição de reprodução de circuitos de lazer e divesão mercantilizados do qual é reticularmente dependente das posições sociais inscritas em redes funcionais de entretenimento mais estabelecidas e orientadas para uma escala abrangente, nacional e mesmo transnacional. Essa idéia se calca sobre a impressão causada pela redefinição do âmbito do entretenimento musical no Brasil, destacadamente a partir das últimas décadas de oitenta e noventa, no qual referências musicais como o *funk*, o *axé music* (que engloba o samba-reggae o pagode baiano), a lambada e o brega paraense paulatinamente emergiram como bens no mercado musical brasileiro e em alguns casos, abrindo frente no mercado transnacional. Esse fenômeno, por sua vez, tem implicado uma transformação em linguagens de modelação de sentidos de êxtase e divesão de espaços importantes na demarcação de uma temporalidade do prazer como bailes e festas-espetáculos. O que chama a atenção na emergência dessas expressões musicais é que elas parecem heurísticas para se pensar duas dimensões da configuração social no Brasil contemporâneo: de um lado, avaliar sob uma perspectiva processual a sedimentação de uma sociedade de consumidores, uma estrutura urbana de serviços calcada numa economia de signos e espaços e grupos sociais historicamente menos ou não contemplados pelas políticas estatais de bem-estar da segunda metade do séc. XX (as periferias e favelas) e suas repercussões nos padrões de hierarquização social inscritos nos processos de metropolização de algumas cidades brasileiras. De outro, esse fenômeno nos permite colocar a questão de como a expansão de sistemáticas de produção e consumo de serviços visto como modernos como o entretenimento entre os estratos pobres, o que por sua vez implica um aumento de interdependências com os estratos médios e ricos, pressionou a redefinições civilizatórias implicadas no tipo de recombinação simbólica inscrita na produção e no consumo musical através do qual a direção da sistemática passa a estar dependente, principalmente se considerarmos que a penetração dessas funções entre os distintos estratos sociais implica em deslocamentos inter-classes ao longo de um encadeamento geracional.

No caso desse tipo de música popular que mencionamos, um dos elementos que chama a atenção é a redefinição das ligações entre o rumo tomado pela concatenação entre diversos *ethos* percussivos, e a dicção da palavra cantada. Uma hipótese com a qual se trabalha é que as conseqüências mais significativas vinculadas à expansão da economia simbólica entre os estratos populares nos últimos trinta anos do século XX é o aumento da carência por espaços de tensão-

excitação (Elias/1992) pela via das disposições para a música dançante, mediada pelo dinheiro. Ainda no plano hipotético, trabalha-se com a idéia de que a tentativa de preenchimento dessas carências, lastreada nos movimentos de profissionalização das atividades de lazer dançante e musical, tenha pressionado, no caso de algumas experiências no Brasil, a uma recombinação de símbolos e gestos na direção de uma crescente importância de elementos rítmico-percussivos na constituição da linguagem do prazer. A figuração de gestos valorados como capazes de incitar a apresentação de meneios e outras dinâmicas corporais passam a compor a linguagens do entretenimento, e das formas de auto-satisfação que hoje compõem os horizontes das lutas pelo poder, que hoje se dão no âmbito estético. Passam a compor critérios de avaliação das estimas e das formas de prestígio vigentes em festas e bailes nas diversas áreas das cidades, implicando uma alteração no próprio desenvolvimento das funções musicais. Hoje, a incitação ao prazer pela performatização musical dos jogos de sedução sexuais detém um papel fundamental na constituição dos jogos de poder, que, em grande medida, estão se dando no processo de inserção de novos agentes nos espaços de definição da música feita no Brasil. A perda de função da letra poética ligada às matrizes literárias, que tiveram uma papel importante na demarcação do universo musical da música popular brasileira tem a sua posição redefinida nos espaço de apresentações musicais-dançantes para as funções musicais engendradas a partir das linguagens de expressão da sedução. O carisma do artista, que se constrói junto com esses espaços e circuitos de apresentação popular, passa a estar vinculado à capacidade de “agitar o público”, incitar uma expressão emocional de frenesi, propiciando uma abertura para a constituição de disposições catártico-sensuais. No entanto, a questão da extraordinariedade do artista, entendido aqui como o reconhecimento de que um indivíduo que é dotado de uma capacidade única de levar o público ao êxtase tende, muitas vezes, a ser percebido como uma competência inata e excepcional em si mesma. Esquece-se de um conjunto de pré-condições sócio-históricas para que determinadas heranças histórico-corporais possam ser convertidas em uma expressão lúdico-artística popular de sucesso. A dependência de agentes e empreendimentos especializados na administração de carreiras; a inserção em circuitos de festas e bailes promovidas por casas de shows, clubes, etc. Todos esses elementos fazem parte das ligações entre os indivíduos que ampliam ou restringem o acesso às possibilidades relacionadas à indústria fonográfica, ou aos “mistérios” que fazem com que o público goste de tal música e não de outra. No plano mais abrangente da rede social de uma cidade, pode-se perguntar como as condições sociais do sucesso de uma referência musical e do sucesso de um artista depende da abrangência e da especificidade sócio-histórica alcançada pelas funções de diversão em relação aos aspectos globais da vida dos indivíduos.

Música, vulgaridade e dinheiro: o sentido erótico-dançante nos mercados culturais das periferias urbanas.

Bibliografia

- ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? *In: Federalismo no Brasil: desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP; UNESP, 1995.
- BAUDRILLARD, Jean. *Sociedade de Consumo*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- _____. *Crítica de la Economía Política del Signo*. México, DF: Siglo Veintiuno Editores, 1977.
- _____. *O Sistema dos Objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade e Ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999a.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Jorge Zahar Editor, 1999b.
- _____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *As Regras da Arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- _____. *A Produção da Crença: contribuição para uma economia de bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002b.
- BRANDÃO, Maria de Azevedo R. Brasil: uma urbanização sanguinária. *In: Globalização e Espaço Latino-Americano*. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1994.
- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- COSTA, Antônio Maurício Dias da. *Festa na Cidade: circuito bregueiro de Belém do Pará*. Belém: s.d, 2007.
- ELIAS, Norbert. *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- _____. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- _____. *Tecnicização e Civilização*. *In: Escritos & Ensaios: 1. Estado, processo, opinião pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- FARIAS, Edson. Ócio e Negócio: Festas Populares e Entretenimento Turismo no Brasil. *Tese de Doutorado em Ciências Sociais*. Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 2001.
- _____. Um Percurso na Pesquisa sobre as Re-significações de Memórias de Práticas Lúdico-Artísticas Populares em Contextos de Modernização. *Revista Mnemosia*, 2005. Disponível em www.culturaememoria.com.br.
- _____. Cultura Popular na Fisionomia da Economia Simbólica no Brasil. *Teoria & Pesquisa*. Vol. XVI, n°1, pp.127-151, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.
- HOBBSAWN, Eric. Introdução: Invenção de Tradições. *In*: HOBBSAWN, Eric & RANGER, Terence. *A invenção de Tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- LOPES, Julio. *Pirataria: desatar esse nó*. São Paulo: Futura, 2006.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Ofício de Cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MENGER, Pierre-Michel. *Retrato do Artista Enquanto Trabalhador: metamorfoses do capitalismo*. Lisboa: Roma Editora, 2005.
- NAÍM, Moisés. *Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico á economia legal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- PIEIDADE, Adriana F. Capital Cultural como Elemento estratificador da sociedade: evidências empíricas em Belo Horizonte. 158 f. *Dissertação - Mestrado em Administração* – Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2009.
- SANTOS, Milton. *O Espaço Dividido*. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. São Paulo: Record, 2001.
- SOUZA, Jessé. *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- VIANNA, Hermano. *O Mundo Funk Carioca*. Rio e janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- TOURAINÉ, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ZOLBERG, Vera. *Para uma Sociologia das Artes*. São Paulo: Editora SENAC, 2006.
- WAIZBORT, Leopoldo. *As Aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34, 2000.